INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A DIREITA RADICAL VENCE PELAS IDEIAS? Estudo comparativo da congruência entre partidos e eleitores no sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália, Grécia)

Miguel Melo de Carvalho Gato

Mestrado em Ciência Política

Orientador(a): Ana Maria Belchior, Professora Associada (com Agregação)
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas – ESPP

A DIREITA RADICAL VENCE PELAS IDEIAS? Estudo comparativo da congruência entre partidos e eleitores no sul da Europa (Portugal, Espanha, Itália, Grécia)

Miguel Melo de Carvalho Gato

Mestrado em Ciência Política

Orientador(a): Ana Maria Belchior, Professora Associada (com Agregação)
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

AGRADECIMENTOS

Se o jornalismo é uma vocação, a política é uma paixão que ganhei e fui alimentando ao longo dos últimos anos. Graças ao mestrado em Ciência Política do ISCTE, sou hoje um profissional mais capaz e um cidadão informado e com conhecimento de causa sobre os fenómenos políticos ao meu redor. Fazer esta dissertação foi um longo e verdadeiro desafio, a todos os níveis. Mas foi também uma caminhada que valeu a pena.

Não consigo deixar de endereçar os meus primeiros agradecimentos a quem, de facto, me viu começar a realização deste trabalho. Miguel e Duarte, os meus companheiros portugueses de Erasmus. Foi na cidade de Plovdiv, na Bulgária, onde passámos os melhor semestre das nossas vidas. Obrigado por todas as conversas que tivemos sobre política, mas sobretudo aquelas em que nos apoiámos mutuamente enquanto vivíamos juntos em solo estrangeiro. Quero também agradecer ao Martim, companheiro que conheci igualmente na Europa de Leste e que me ajudou (e muito) na realização desta dissertação. Um obrigado também aos meus amigos espalhados por todo o velho continente, em especial aos que fazem de Espanha o mais perto que tenho de uma segunda casa. E aos de sempre: André, Ivo, Diogo, Valente e Nélson.

Por último, e mais importante, à minha família. À mãe Teresa, ao pai João e ao irmão Gonçalo: não são precisas muitas palavras. Vocês sabem o quão importantes são para mim e obrigado por não me terem deixado desistir. Um beijinho também muito especial aos meus avós, Alice e Laertes, dois pilares do meu crescimento e desenvolvimento enquanto ser humano. Esta é por vocês.

RESUMO (PT)

A perceção de que existe uma crise de representação nas democracias liberais têm ocupado um lugar central no debate académico, refletindo a erosão da confiança nos partidos tradicionais e a abertura de espaço para novos atores políticos, a maioria de cariz populista. A direita radical tem-se afirmado de forma particularmente visível na Europa, reivindicando representar setores da sociedade que se sentem afastados do sistema político. Esta dissertação parte desta problemática para analisar em que medida os partidos de direita tradicional correspondem ideológica e politicamente ao seu eleitorado por comparação com os partidos de direita radical populista. A investigação centra-se em três dimensões estruturantes da competição política atual: posição ideológica, imigração e integração europeia, temas que espelham clivagens culturais e políticas fundamentais no debate político. A análise incide sobre quatro países do sul da Europa: Portugal, Espanha, Itália e Grécia, que partilham trajetórias históricas e políticas. Ao abordar a relação entre partidos e eleitores, esta dissertação procura contribuir para o debate sobre a qualidade da representação política nas democracias europeias, avaliando a forma como a retórica populista se traduz, ou não, em proximidade substantiva com o eleitorado.

Palavras-chaves: direita radical, direita tradicional, populismo, representação, congruência, eleitorado

ABSTRACT (EN)

The perception that there is a crisis of representation in liberal democracies has been central to academic debate, reflecting the erosion of trust in traditional parties and the emergence of new political actors, most of them populist in nature. The radical right has been particularly visible in Europe, claiming to represent sectors of society that feel alienated from the political system. This dissertation takes this issue as its starting point to analyze the extent to which traditional right-wing parties correspond ideologically and politically to their electorate in comparison with radical right-wing populist parties. The research focuses on three structural dimensions of current political competition: ideological position, immigration, and european integration, issues that reflect fundamental cultural and political divisions in the political debate. The analysis focuses on four southern European countries: Portugal, Spain, Italy, and Greece, which share historical and political trajectories. By addressing the relationship between parties and voters, this dissertation seeks to contribute to the debate on the quality of political representation in European democracies, assessing how populist rhetoric translates, or not, into substantive proximity to the electorate.

Keywords: radical right, mainstream right, populism, representation, congruence electorate

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NOS PARTIDOS DA DIREITA: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL 3

1.1 Elite partidária e o eleitorado: como nos representam? 3

1.1.1. Conceptualização 3

1.1.2. Modelos explicativos da representação 5

1.1.3. Aferição da representação pela congruência e o papel dos partidos políticos 6

1.2 Populismo e as Direitas 8

1.2.1. Crise de representação 8

1.2.2. Populismo 9

1.2.3. Ideologia e políticas defendidas pela direita tradicional e direita radical 11

1.2.4. O eleitorado da direita radical 14

1.2.5. O caso da Europa do Sul: o crescimento da direita radical 15

1.3 Hipóteses, problemática e objetivos 18

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA E DADOS 20

2.1 Tipo de investigação e fontes 20

2.2 Seleção de casos 24

CAPÍTULO 3. CONGRUÊNCIA IDEOLÓGICA E POLÍTICA NA DIREITA DO SUL DA EUROPA 25

3.1. Distribuição do eleitorado 25

3.2. Congruência absoluta entre partidos e eleitores 28

3.2.1 Posição dos partidos 28

3.2.2 Médias e diferenças de médias com a posição do eleitorado 30

3.3. Congruência relativa entre partidos e eleitores 34

3.4. Discussão dos resultados 36

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FUTURAS 38

BIBLIOGRAFIA 40

ANEXOS 46

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição completa do eleitorado……26

Figura 2. Posição média dos partidos por país em análise (0-10)……...29

Figura 3. Partidos vs. respetivo eleitorado……..31

Figura 4. Posição média por grupo partidário…….33

Figura 5. Centrismo entre partidos e eleitores……...….34

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AD: Aliança Democrática

PSD: Partido Social-Democrata

PS: Partido Socialista

CDS-PP: Centro Social Democrático - Partido Popular

PP: Partido Popular

PSOE: Partido Socialista Operário Espanhol

DC: Democrazia Cristiana

PSI: Partido Socialista Italiano

PASOK: Panellínio Sosialistikó Kínima

ND: Nea Dimokratia

EKRE: Eesti Konservatiivne Rahvaerakond

PiS: Prawo i Sprawiedliwość

NATO: North Atlantic Treaty Organization

EES: European Election Studies

CHES: Chapel Hill Expert Survey

INTRODUÇÃO

As democracias contemporâneas enfrentam desafios que colocam em causa os seus alicerces tradicionais. A crise de representação tornou-se um debate na literatura da ciência política: um desfasamento entre posições dos cidadãos e das elites políticas que contribuiu para o enfraquecimento da confiança nos partidos tradicionais (Mudde e Kaltwasser, 2012; Pelinka, 2013; Levitsky e Ziblatt, 2019). Estas tendências têm contribuído para um realinhamento do campo político-partidário, abrindo espaço ao crescimento de novos atores que procuram ocupar os espaços deixados vazios pelos partidos *mainstream*. Entre esses atores, destaca-se a direita radical, cuja expansão tem sido visível na Europa (Kriesi, 2017; Liddiard, 2019, Mudde, 2019). Ao abordar esta problemática, esta dissertação procura contribuir para o debate mais amplo sobre representação política nas democracias europeias. A análise empírica permitirá avaliar até que ponto a retórica populista corresponde a uma verdadeira aproximação ao eleitorado e em que medida os partidos tradicionais mantêm, ou perdem, a sua capacidade representativa. Num contexto de fragmentação e polarização, compreender as dinâmicas de congruência entre eleitores e partidos é fundamental para avaliar a robustez da democracia representativa

O crescimento da direita radical tem sido acompanhado de intensos debates académicos sobre a sua relação com o eleitorado. Um dos argumentos mais recorrentes sustenta que estes partidos preenchem um *gap* de representação, ao dar voz a setores da sociedade que se sentem excluídos do sistema político (Kriesi, 2017; Mudde e Kaltwasser, 2012). No entanto, permanece em aberto a questão de saber até que ponto esta perceção de maior proximidade retórica corresponde efetivamente a um alinhamento substantivo entre eleitores e partidos em termos ideológicos e políticos; isto é, se essa crise de representação se confirma ou não.

A análise da congruência assume aqui um papel central. Ao comparar as posições dos partidos com as dos seus eleitores, é possível avaliar em que medida as elites políticas atendem às preferências do eleitorado. A literatura tem sido ambígua a este respeito, com alguns autores a destacar variados casos onde os partidos tradicionais são representativos do seu eleitorado (Brause e Kinski, 2022) e outros com o argumento de que existe, de facto, um vazio na representação da parte das forças de poder que necessita de ser

colmatado, e que é aproveitado pelos partidos populistas (Mudde e Kaltwasser, 2012). É bastante pertinente, portanto, aferir se as forças mais moderadas de direita vão ao encontro das ideias do seu eleitorado ideológica e politicamente. Ou se, por outro lado, há eleitores que votam agora nos partidos radicais porque não existe mais nenhum outro que represente as suas ideias e preocupações. No fundo, se a direita radical acaba por absorver, ou não, o eleitorado da direita tradicional

Este estudo visa, assim, responder a uma questão central: Em que medida a direita tradicional é mais congruente ao seu eleitorado por comparação a direita radical? Para responder a esta pergunta, recorre-se à aferição da congruência entre a posição dos partidos políticos e dos respetivos eleitorados em três dimensões fundamentais da competição política contemporânea, particularmente no que respeita à ala partidária da direita radical: a posição ideológica, a imigração e a integração europeia. Estas dimensões foram selecionadas por refletirem clivagens estruturantes do debate político atual, bem como diferenças marcantes entre os partidos de direita. Selecionamos nesta dissertação quatro países do sul da Europa com histórico semelhante ao nível político, económico e social - Portugal, Espanha, Itália e Grécia - de modo a tirarmos ilações sobre este tema dentro de um contexto comum.

Esta dissertação começa por analisar minuciosamente algumas das principais ideias académicas inerentes a este estudo. O que diz a literatura sobre representação política, populismo, partidos e atitudes do eleitorado. No capítulo metodológico, analisamos os dados recolhidos face à dispersão dos eleitores em análise e a congruência relativa e absoluta dos partidos com os respetivos votantes. Tal estratégia vai permitir chegar a algumas conclusões sobre o porquê de a direita radical estar a crescer na Europa, e se, nestes quatros país, o populismo vence pelas ideias ou apenas pelo discurso.

CAPÍTULO 1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NOS PARTIDOS DA DIREITA: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1.1 Elite partidária e o eleitorado: como nos representam?

O presente subcapítulo tem como objetivo enquadrar teoricamente a representação política Abordo a evolução do conceito e as suas várias dimensões. Reúno também as principais teorias que procuram explicar a ligação entre representantes e representados, nomeadamente a teoria do eleitor-médio, a teoria espacial, a revisão crítica para um modelo de congruência relativa e a teoria direcional do voto, evidenciando a diversidade de perspetivas quanto à forma como se estabelece a congruência entre eleitos e eleitores.

1.1.1. Conceptualização

O conceito de representação política é complexo e, simultaneamente, contestado. Isto porque não existe uma norma aceite ou um critério objetivo para avaliar se a representação funciona (Mattila e Raunio, 2006). Ainda assim, o modelo mandatário permite estudar a representação através da congruência, e por isso vale a pena começar por analisar o que diz a literatura sobre o mesmo. Assenta na ideia de que os representantes devem agir de acordo com a vontade expressa dos eleitores, cumprindo um mandato que reflete as suas preferências políticas (Birch, 1971; Eulau, 1987; Thomassen, 1994). Esta conceção, contudo, é frequentemente considerada limitada e mesmo obsoleta no contexto das democracias representativas modernas, por não reconhecer a autonomia necessária aos representantes na tomada de decisões (Manin, 1995). A exigência de uma correspondência rígida entre a vontade popular e a ação governativa é vista como uma formulação teórica que, embora coerente em termos normativos, se revela impraticável e contraproducente quando aplicada à realidade política (Birch, 1971). Assim, o modelo é habitualmente interpretado como utópico e

potencialmente adverso aos próprios princípios democráticos, ao restringir a capacidade de deliberação independente que sustenta o funcionamento eficaz das instituições representativas. A valorização do julgamento refletido dos representantes, antecipada por Edmund Burke e mais tarde retomada na tradição federalista americana (Madison, 2001), reforça a ideia de que a independência de decisão pode servir de forma mais adequada o bem público do que a mera execução das preferências imediatas do eleitorado.

A visão de Pitkin (1967) reúne amplo consenso sobre o que é, afinal, a representação política. Esta autora define-a como o processo em que os representantes devem refletir as preferências do seu eleitorado, embora possam tomar decisões políticas que entrem em conflito ou se oponham a essas prioridades, se considerarem que isso serve o interesse público. No entanto, os interesses dos eleitores e os desejos individuais dos políticos devem coincidir na maioria dos casos. A autora advoga ainda que os representantes devem agir de forma a garantir que possam ser responsabilizados pelos eleitores, mantendo ao mesmo tempo a capacidade de decidir independentemente da vontade dos mesmos, quando necessário.

Na sua obra, reúne quatro visões sobre o conceito de representação. Primeiro, a formal refere-se aos procedimentos institucionais e legais que conferem autoridade a determinados indivíduos ou órgãos para agir em nome de outros, destacando-se os mecanismos de autorização, como as eleições, prestação de contas ou a possibilidade de destituição. Já a representação simbólica enfatiza a aceitação social do representante como figura que encarna a coletividade, independentemente da correspondência efetiva com os interesses dos cidadãos. A representação descritiva centra-se na semelhança entre representantes e representados em termos de características sociais ou identitárias, assumindo que essa correspondência aumenta a legitimidade política e a capacidade de compreensão das necessidades dos eleitores. Por fim, a representação substantiva foca-se no conteúdo das ações dos representantes e na sua capacidade de agir em prol dos interesses e preferências do eleitorado. (Pitkin, 1967). É precisamente esta última aceção que assume maior relevância para a presente investigação, uma vez que permite avaliar a congruência entre eleitos e eleitores.

1.1.2. Modelos explicativos da representação

Ao longo do século XX, foram-se desenvolvendo várias teorias relativas à conexão entre representantes e representados. Algumas das teorias são a do eleitor-médio (Downs, 1957), espacial (Miller e Stokes, 1963) e a direcional do voto (Rabinowitz e MacDonald, 1989).

A teoria do eleitor-médio, de Downs (1957), pressupõe que os eleitores agem de maneira totalmente racional quando escolhem votar num partido, procurando maximizar os seus benefícios. Já o partido procura formular políticas com vista ao alcance do poder. O modelo foi testado no sistema bipartidário norte-americano. Foi analisado que os partidos tendiam a centrar o seu posicionamento ideológico para conquistar a maior fatia do eleitorado, procurando assim representar a posição do eleitor-médio. O autor utiliza um modelo inspirado na teoria económica, classificando a ideologia através de uma escala linear de esquerda-direita. Esta teoria recebeu diversas críticas. Por exemplo, existem autores na academia que refutam a ideia de que os eleitores são racionais nas suas escolhas políticas. Para estes autores, é expectável que este modelo não seja o mais eficaz em termos de congruência ideológica, isto porque apenas representa os eleitores com posições mais centristas, e não tem em conta aqueles com posição ideológica mais radical ou pouco vincada (Akerlof e Kranton, 2000; Caplan, 2012; Achen e Bartels, 2017).

A teoria espacial, proposta por Miller e Stokes (1963), diz que os eleitores escolhem os candidatos mais próximos às suas posições políticas. Contrariamente a Downs (1957), os autores recusam abordar as questões políticas num único eixo. Argumentam que a relação entre representantes e representados varia consoante o tipo de questão em análise. Defendem um modelo de congruência absoluta. Isto é, uma correspondência que pode ser mais forte em alguns domínios e mais fraca noutros, dependendo do contexto e da perceção dos representantes sobre as preferências dos seus eleitores.

Achen (1978) propõe uma revisão alternativa a este modelo, ao considerar que a congruência entre cidadãos e elites políticas deve ser medida de forma mais rigorosa e direta. O autor argumenta que a representação democrática ideal implica uma congruência relativa. Defende que as abordagens anteriores, como a de Miller e Stokes (1963), subestimam a precisão necessária na medição da representação, sugerindo o uso de

modelos estatísticos mais robustos, como a proximidade e o centrismo, para avaliar até que ponto as políticas públicas refletem efetivamente a vontade popular.

Já a teoria direcional de voto, de Rabinowitz e MacDonald (1989), defende que os eleitores privilegiam os partidos ou candidatos que partilham não apenas a mesma orientação ideológica, mas que a defendem com maior intensidade. Os autores realçam a importância das estratégias dos candidatos para obter apoio em questões importantes e atrair eleitores com opiniões semelhantes. Erikson, MacKuen e Stimson (2002) consideram que a teoria direcional de voto tende a oferecer mais garantias, por comparação à teoria espacial, na medição da congruência ideológica, pois enfatiza a importância da direção das preferências dos eleitores, permitindo previsões mais precisas sobre o comportamento eleitoral.

1.1.3. Aferição da representação pela congruência e o papel dos partidos políticos

A contribuição inicial do estudo da congruência consistia na avaliação do grau de representatividade no congresso norte-americano com base na análise da relação dos eleitores com os deputados eleitos no círculo eleitoral. No entanto, os trabalhos académicos mais recentes mudaram o foco para a relação entre os eleitores e os partidos. Esta abordagem surgiu das teorias do partido responsável. (Dalton, 1985; Esaiasson e Holmberg, 2017). Este modelo propõe que os eleitores tomam decisões ponderadas quando votam em determinada eleição para escolher o seu representante. É também esperado que do lado dos eleitos se consuma de forma eficaz e representativa o mandato que lhes é atribuído. "A escolha eleitoral fornece assim ao eleitorado controlo indireto sobre as decisões políticas", isto caso corresponda aos desejos dos votantes (Belchior, 2005). A teoria do partido responsável é também alvo de críticas, nomeadamente pela ideia de concentração do papel representativo nas forças partidárias (Holmberg, 1989). No entanto, é uma proposta que permite suportar teoricamente a abordagem dos partidos enquanto atores fundamentais no processo político democrático.

Belchior (2010: 1) resume o consenso académico à volta do conceito de congruência como forma de medição da representação. A autora considera que esta "pode

ser vista como um válido instrumento para avaliar a representação, medindo a distância entre os representantes e os representados […] que vai desde as preferências dos cidadãos até aos resultados das políticas públicas […] ou os cidadãos e a sua congruência ideológica com os parlamentares". Isto é, a congruência é uma forma de analisar a vontade dos cidadãos e dos representantes políticos, avaliando o quão próximos ou distantes estão as posições destes dois atores. Quanto menor for a diferença entre as posições de ambos, maior será o nível de congruência. Uma alta congruência entre representantes e representados espelha que as posições ou decisões do governo ou dos partidos refletem as dos cidadãos (Golder e Stramski, 2009).

Congruência pode ser medida com base em diferentes indicadores. Carroll e Kubo (2018) consideram que existe uma diferença substancial entre analisar a ideologia com base na escala esquerda-direita como um rótulo meramente simbólico, em que a pessoa mede o seu posicionamento com base em perceções subjetivas, ou avaliar a ideologia com base em atitudes e opiniões concretas. Belchior e Freire (2012) identificam que esta última forma de medir a representação - através da posição dos representantes e dos representados no que toca a políticas públicas, sejam elas do foro económico, social ou de política externa - pode levar a resultados e conclusões diferentes das alcançadas pelo autoposicionamento na escala esquerda-direita. Isto porque o facto de se abordarem questões políticas concretas faz com que a avaliação reflita de maneira mais precisa o funcionamento do processo representativo.

1.2 Populismo e as Direitas

O presente subcapítulo tem como objetivo enquadrar o fenómeno do populismo e o papel da direita no contexto político europeu. Começo por abordar o argumento da crise de representação e as suas causas, analisando como o afastamento entre eleitores e partidos tradicionais abriu espaço ao crescimento das forças de direita radical. De seguida, exploro o conceito de populismo, apresento as principais diferenças ideológicas e programáticas entre a direita tradicional e a direita radical, bem como as características e motivações do seu eleitorado. Por fim, analiso o caso específico da Europa do Sul, comparando os contextos de Portugal, Espanha, Itália e Grécia, de modo a compreender as dinâmicas que explicam o recente crescimento da direita radical nesta região.

1.2.1. Crise de representação

O sucesso eleitoral dos partidos de direita radical é associado a uma crise de representação dos partidos tradicionais. "Crises económicas, descontentamento crescente da população e o declínio eleitoral dos partidos políticos do centro" são apontadas como algumas das causas para o seu crescimento (Levitsky e Ziblatt, 2019: 33), assim como a desilusão com o estado da democracia liberal e o descrédito em relação às suas instituições (Pelinka, 2013; Mudde e Kaltwasser, 2012).

Vários autores advogam que os partidos tradicionais, ou *mainstream*, têm vindo a mover o foco da governação para o Estado, fortalecendo o seu papel governamental e esquecendo, por vezes, a ligação mais próxima com o eleitorado. Esta governação considerada elitista tem contribuído para uma distância crescente entre a classe política e a população. A quebra no papel intermediário dos partidos políticos entre os cidadãos e os seus representantes contribuiu para o crescimento da abstenção eleitoral, o declínio da filiação e mobilização partidárias e a volatilidade dos eleitores: tudo fatores que permitiram a ascensão dos partidos de direita radical. O centro-esquerda e o centro-direita aceitaram o status quo económico e social e supostamente não atenderam a uma parte do eleitorado que se sente órfã de representação (Vieira e Wiesehomeier, 2012; Richards, 2017; Kriesi, 2017).

A integração europeia e a imigração em massa no Ocidente são também considerados, por alguns autores, como fatores de sub-representação de parte do eleitorado, os chamados perdedores da globalização. A tomada de decisões ao nível supranacional afasta o poder político dos países e torna menos transparente a delegação de poder. Já a chegada de imigrantes, sobretudo vindos de outros continentes que não o europeu, põe em causa os valores culturais dos estados-nação, assim como as características primordiais dos seus povos (Kriesi, 2017; Eatwell e Goodwin, 2018).

É neste cenário de crise da representação que se advoga que os partidos de direita radical contribuem para uma melhor representação do eleitorado no sistema partidário, ao preencherem um espaço político que estava aparentemente vazio. Neste sentido, a direita radical é considerada benéfica para a representação democrática por parte da literatura, uma vez que defende grupos que, na sua ausência, estariam sub-representados. Alguns autores argumentam que o surgimento deste tipo de partidos é resultado de um equilíbrio eleitoral natural quando os partidos *mainstream* não conseguem atender às preferências dos eleitores. (Kriesi, 2017; Backlund e Jungar, 2019; Kübler e Schäfer, 2022; Chou et al., 2021). No entanto, há trabalhos académicos que refutam a existência de uma crise de representação. Por exemplo, Brause e Kinski (2022) dão conta de que, nas eleições da maioria dos países da União Europeia dos últimos 15 anos, o grau de concordância entre elites partidárias e eleitorado é relativamente alto, com exceção de temas-chave para a direita radical, como é o caso da imigração e da posição face à União Europeia.

1.2.2. Populismo

O populismo é uma das características dos partidos de direita radical. Mais do que uma ideologia ou matriz partidária, é uma forma de fazer política que tem o objetivo de dar ouvidos aos populares e substituir as elites do regime instaladas (Eatwell e Goodwin, 2018). Seguindo esta doutrina, a sociedade está dividida em duas classes distintas: um povo, composto por cidadãos inocentes e puros, que é explorado e ostracizado por uma elite corrupta, representada pela classe política. Os líderes populistas afirmam-se como os representantes dos populares sem voz contra a vontade e as ideias de políticos

burocratas corruptos (Mudde e Kaltwasser, 2012). Segundo Copelovitch e Pevehouse (2019), o fenómeno procura construir conexões com uma parte da população para desfavorecer outra. A abordagem política dos populistas tem o intuito de apelar aos interesses das pessoas comuns, promovendo medidas populares (Wojczewski, 2019), aliadas a promessas do regresso a um tempo áureo do país, restauração da democracia e implementação da justiça social (Mudde e Kaltwasser, 2012). Para que tal aconteça, os partidos populistas afirmam-se como a única solução possível para a resolução dos problemas das pessoas, demonizando os seus adversários políticos, que tratam como inimigos (Müller, 2015).

O populismo não só oferece a promessa de uma renovação democrática como traz, na grande maioria dos casos, novos atores para a cena política: os chamados *outsiders*. (Liddiard, 2019). De modo a fazer esta ligação direta entre o povo e os políticos, os partidos populistas têm líderes carismáticos que atuam como porta-vozes do descontentamento popular (Kriesi, 2017). Utilizam uma retórica simples, emocional e polarizada. O líder apresenta carisma e relaciona-se diretamente com os seus apoiantes (Wojczewski, 2019), utilizando novas formas de comunicação política, como as redes sociais e novos canais estabelecidos fora da comunicação social de massas (Kriesi, 2017).

Kriesi (2017) encara o fenómeno da direita radical como representação de uma visão de democracia iliberal que rejeita elementos do liberalismo, como a separação de poderes e os *check and balances* da democracia representativa, defendendo a supremacia da vontade monolítica do povo. Na tentativa de corresponder a esta vontade popular, os populistas rejeitam os procedimentos habituais das democracias liberais, implementando referendos e medidas de democracia direta para verem aprovadas as suas propostas. Geralmente, quando a direita radical sobe ao poder, o Estado de Direito, a liberdade de imprensa e os direitos humanos são postos em causa, apenas protegidos pelas instituições democráticas, se estas forem suficientemente fortes.

1.2.3. Ideologia e políticas defendidas pela direita tradicional e direita radical

Os partidos populistas e os *mainstream* têm diferentes atitudes relativamente à democracia. Mas também existem disparidades ideológicas e políticas a frisar, que são importantes para distingui-los.

Os principais partidos de direita tradicional na Europa têm duas ideologias predominantes que os caracterizam: a democracia-cristã (Kalyvas, 2018) e conservadorismo. (Andreasson, 2014). A primeira é uma ideologia de centro-direita que combina as bases da doutrina cristã, como os valores tradicionais de género e da família, a rejeição do aborto e a solidariedade, com os valores políticos da democracia liberal. Em termos económicos, são a favor de uma sociedade com elementos capitalistas de crescimento económico e propriedade privada, mas com um Estado social forte e alguma regulação do mercado (Kalyvas, 2018). Já os partidos conservadores pretendem manter o *status quo*, as tradições e as instituições predominantes na sociedade. Valorizam o papel forte do Estado na política de lei e ordem, hierarquia e ordem social. Na economia, são geralmente a favor de uma política de mercado livre e propriedade privada, mas com preocupações com as desigualdades da sociedade. O conservadorismo do século XXI na Europa varia entre o centro-direita e a direita, consoante o contexto de cada país. Ambos têm vindo a apostar numa visão cada vez mais favorável à integração europeia (Andreasson, 2014)

Embora com algumas diferenças e semelhanças, a direita tradicional distingue-se da radical não só pela ideologia, como na atitude perante a democracia, as instituições e a oposição. Mudde (2016) identifica três características principais na direita radical: nativismo, autoritarismo e populismo. O nativismo, que envolve uma combinação de nacionalismo e xenofobia, é uma ideia sustentada na visão de que os Estados devem ser habitados maioritariamente pelo grupo nativo, e que os elementos extranacionais, sejam eles a imigração massiva ou as instituições supranacionais, representam uma ameaça ao país. A direita radical questiona "a capacidade das sociedades ocidentais para lidarem com rápidas taxas de imigração", sendo que veem principalmente na imigração islâmica um problema para o Ocidente (Eatwell e Goodwin, 2018: 11). O autoritarismo refere-se a uma sociedade ordenada, na qual infrações à autoridade devem ser punidas severamente. Em termos de políticas concretas, traduz-se numa ênfase em políticas de lei e ordem, que resulta num reforço das forças de segurança. (Mudde, 2016). Finalmente, a

terceira vertente ideológica da direita radical é o populismo, conceito definido anteriormente: uma forma de fazer política divisiva, que ataca os adversários e oferece uma solução única para os problemas do país.

A definição dos partidos de direita radical não reúne consenso na academia. São utilizados conceitos como nacional-populismo (Eatwell e Goodwin, 2018), extrema-direita (Carter, 2016; Rooduijn et al, 2023) e direita radical. Esta última é defendida por Mudde (2016), autor que apresenta uma definição compreensiva sobre quem são os partidos na ala direita mais extremada. Nas suas obras, faz a distinção entre a *radical right* para descrever os partidos em análise neste estudo e *extreme-right* para caracterizar os movimentos neonazis e neofascistas proibidos de concorrer a eleições. Embora a expressão extrema-direita, em português, seja igualmente aceitável, uma vez que para o autor os os dois são subgrupos da *far-right*, é academicamente mais correto utilizar o termo direita radical. O autor destaca as principais diferenças ideológicas entre os partidos de direita radical e os movimentos de extrema-direita. Refere que o populismo da direita radical, por si só, não rejeita os valores democráticos, ao contrário do que acontece com a extrema-direita, e que confundir os dois conceitos legitima democraticamente os movimentos neonazis e neofascistas. O discurso populista de direita radical julga os seus rivais pelas ações que estes executam, ao contrário da extrema-direita, que julga os inimigos por questões genéticas, como a etnia, ou morais, como a religião. Embora os primeiros desafiem o modelo democrático liberal, aceitam as regras do jogo na governação e na participação institucional, enquanto os segundos veem a democracia como um obstáculo às suas crenças e utilizam a violência como estratégia de combate. Enquanto os radicais enfatizam a importância da identidade nacional e se focam em questões culturais e identitárias, os extremistas promovem ideias de superioridade étnico-racial. A maioria dos partidos de direita radical distancia-se, inclusive, dos grupos extremistas. Os radicais acusam os extremistas de serem perigosos e ineficazes, enquanto os extremistas acusam os radicais de se venderem ao *establishment* político e à corrupção quando assumem cargos governativos (Eatwell e Goodwin, 2018).

A direita radical difere entre si no que respeita à política económica. Enquanto o Vox em Espanha (Ferreira, 2019), o Fratelli D'Italia (Donà, 2022) e o Chega, em Portugal (Marchi, 2020), defendem maioritariamente o liberalismo económico tradicional da direita, partidos como a União Nacional, em França (Otjes, Ivaldi, Jupskas, Mazzoleni, 2018), o PiS, na Polónia, o Fidesz, na Hungria e o Partido Popular Dinamarquês são a

favor de uma política intervencionista do Estado (Eatwell e Goodwin, 2018). No entanto, a tendência geral é de que os partidos de direita radical estejam cada vez mais a tomar posições protecionistas na economia, para responder à situação financeira dos cidadãos prejudicados pelo processo da globalização (Rovny e Polk, 2020).

No contexto internacional, o populismo de direita é visto como uma alternativa ao neoliberalismo globalista. Defende a soberania e a identidade nacional, contra uma ideologia de mercado global, o multiculturalismo e a migração em massa. Preza as tradições de cada povo, nomeadamente a identidade primogénita das sociedades ocidentais, baseada nos valores judaico-cristãos (Woodley, 2009). Embora a maioria dos partidos de direita radical sejam eurocéticos, atualmente são poucos os que defendem a saída dos respetivos países da União Europeia, optando pela realização de uma reformulação profunda da atual instituição (Mudde, 2019). Em questão está uma reclamação da soberania nacional perdida para organizações internacionais (Eatwell e Goodwin, 2018).

Mudde (2019) relata também as diferenças entre os partidos de direita radical no que toca à ordem mundial. Enquanto líderes como Marine Le Pen e Viktor Orban têm proximidade com a Rússia de Vladimir Putin, partidos como PiS da Polónia ou o EKRE da Estónia são atlantistas, pró-NATO e pró-Ucrânia. Os últimos estão alinhados com a atual política externa ocidental, defendem a soberania das nações dentro do quadro da União Europeia e definem-se como conservadores. Os primeiros têm relações próximas com regimes autocráticos e são eurocéticos na sua génese (Steven e Szczerbiak, 2023). Ambos são objeto de estudo nesta dissertação.

O surgimento da direita radical obrigou a um realinhamento ideológico dos partidos da direita tradicional. Este reposicionamento faz também com que a direita *mainstream* se aproxime dos radicais, o que, por vezes, facilita acordos de governação (De Lange, 2012; Eatwell e Goodwin, 2018). Em momentos de crise, os partidos de centro-direita podem obter vantagens eleitorais ao concentrarem o seu discurso em questões como a imigração. Este argumento é contrariado pelo estudo de Hadj Abdou et al. (2022), que indica que assumir uma postura anti-imigração pode legitimar os argumentos da direita radical e contribuir para o seu crescimento eleitoral, ao invés de levar ao crescimento da direita tradicional (Downes e Loveless, 2018; Hadj Abou et al., 2022).

1.2.4. O eleitorado da direita radical

A literatura tem dificuldade em encontrar eleitorado-tipo dos partidos da direita radical. Ainda assim, alguns trabalhos dizem que estes eleitores são, na sua grande maioria, do sexo masculino (Koch et al., 2023), sendo que Arzheimer (2016) menciona que a probabilidade de um homem votar neste tipo de partidos é 40% superior à de uma mulher. No que toca à idade dos eleitores, há um crescimento eleitoral entre os jovens com menos de 30 anos. A menor vinculação aos partidos estabelecidos e uma intensificação da competição étnica são possíveis causas para a atração dos mais jovens (Arzheimer, 2016). Grande parte do eleitorado da direita radical não tem formação académica universitária e está inserido na classe média/baixa da sociedade (Roodujin, 2016), sendo que o apelo ao voto nestes partidos radicais também chega aos pequenos empresários, classe trabalhadora (Oesch e Rennwald, 2018), desempregados (Arzheimer, 2016) e abstencionistas (Eatwell e Goodwin, 2018).

Mudde (2017) aponta as principais preocupações do eleitorado da direita radical: corrupção, crime, imigração e a integração europeia. O autor refere que, na maioria dos países ocidentais, estas atitudes são partilhadas pelos eleitores, mas apenas uma minoria confia o seu voto nestes partidos para resolverem estes problemas. Outros autores acrescentam que a atitude mais negativa em relação à imigração e à União Europeia parece ser o fator determinante para a propensão ao voto na direita radical, com os valores morais e as questões económicas a terem um efeito moderado na previsão do voto neste tipo de partidos. (Rovny e Polk, 2020; Backlund e Jungar, 2019).

Outra questão relevante para o desenvolvimento desta dissertação é a relação entre os eleitores dos partidos da direita radical e tradicional. Os partidos destas ideologias políticas competem pelo mesmo eleitorado, algo corroborado por Lancaster (2020): em 2016, 44,5% dos eleitores da direita radical foi considerado moderado, enquanto, em 2004, a percentagem do eleitorado do mesmo tipo de partidos era de apenas 12,7%. Isto revela que este tipo de partidos está a atrair muitos eleitores que, apesar de serem moderados, não se reveem, atualmente, nas soluções apresentadas pelo centro-direita. (Lancaster, 2020; Abou-Chadi et al., 2022).

1.2.5. O caso da Europa do Sul: o crescimento da direita radical

É pertinente analisar o crescimento dos partidos de direita radical em países com contextos semelhantes, sejam eles históricos, políticos ou económicos. Este é o caso de Portugal, Espanha, Itália e Grécia: nações que partilham um legado autoritário e transições democráticas semelhantes, sendo que todas elas sofreram também um forte impacto com a crise económica internacional de 2008 (Christiansen, 2018).

Os quatro países partilham um passado de regimes autoritários no século XX. Itália viveu sob um regime fascista até à década de 1940, tendo instaurado uma nova República há mais de 80 anos. Embora seja a democracia mais antiga das que analisamos nesta dissertação, é um caso distinto dos restantes, uma vez que a presença contínua de forças políticas pós-fascistas foi forte: por exemplo o Movimento Social Italiano, a Alleanza Nazionale ou o atual partido de governo Fratelli D'Italia, que muitos académicos encaram como herdeiro do fascismo (Donà, 2022). Já Portugal, Espanha e Grécia fizeram transições democráticas tardias, na década de 70. Portugal viveu sob o Estado Novo até 1974, regime de inspiração autoritária e corporativista, derrubado pela Revolução de 25 de Abril de 1974. Em Espanha, a morte de Franco em 1975 deu início a uma transição controlada para a democracia, consolidada na Constituição de 1978 (Bosco e Verney, 2020). A Grécia, após a ditadura militar de 1967–1974, restabeleceu-se a democracia (Kitschelt, 1995). No caso destes três países, a direita radical esteve sem representação parlamentar durante muitas décadas, sendo que só começou a ganhar um papel preponderante nos últimos 15 anos.

Apesar das diferenças, existe uma característica comum em Portugal, Espanha. Itália e Grécia: a influência decisiva das crises económicas na remodelação dos sistemas partidários e na emergência de forças políticas radicais à direita. A crise financeira internacional de 2008 e a crise da dívida da zona euro afetaram severamente estes países, conduzindo a políticas de autoridade, ao crescimento do desemprego e ao aumento das desigualdades. Estes acontecimentos enfraqueceram a confiança nas elites políticas tradicionais e abriram espaço aos partidos radicais, tanto à direita como à esquerda, que canalizaram frustrações sociais (Ellinas, 2013; Bosco e Verney, 2020)

Tradicionalmente, os sistemas políticos do sul da Europa foram caracterizados por uma relativa estabilidade bipartidária ou por uma alternância dominada por grandes formações de centro-esquerda e centro-direita: PS/PSD em Portugal, PSOE/PP em

Espanha, DC/PSI em Itália, PASOK/ND na Grécia. No entanto, a partir da década de 2010, começou a surgir uma forte fragmentação do eleitorado, tanto em assuntos económicos como culturais.

Em Portugal, a emergência do Chega, em 2019, quebrou o padrão de marginalidade da direita radical no país. O partido introduziu uma retórica populista, antissistema e fortemente centrada em temas como a imigração, segurança e corrupção (Mendes, 2021). Cenário idêntico aconteceu em Espanha com a entrada em cena do Vox, a acrescentar as tensões territoriais espanholas (Ramos-González et al., 2025). Itália constitui um caso paradigmático de volatilidade, com a transformação da Lega de partido regional a uma força de direita radical e a ascensão dos Fratelli d'Italia como partido hegemónico à direita (Donà, 2022). Na Grécia, a crise de austeridade resultou num colapso do PASOK e num sistema marcado pela polarização extrema, visível na ascensão do Syriza, à esquerda, e no crescimento da Golden Dawn, à direita, até à sua proscrição judicial (Ellinas, 2013).

A imigração nestes países é um tema fundamental para perceber os crescimento dos partidos de direita radical. Até finais do século XX, Portugal, Espanha, Itália e Grécia eram sobretudo países de emigração, marcados por fluxos significativos de saída de mão-de-obra para o centro e norte da Europa. A partir dos anos 1990, contudo, estes países transformaram-se em destinos de imigração, em parte devido à procura de mão-de-obra em setores como a construção e os serviços domésticos (King, 2013). Em Portugal, a imigração proveniente de países lusófonos - Brasil, Cabo Verde e Angola - foi dominante. Em Espanha, a regularização massiva de imigrantes latino-americanos e magrebinos foi central no debate político. Em Itália, a chegada em massa de migrantes africanos pelo Mediterrâneo, nomeadamente através de Lampedusa, originou crises políticas recorrentes. E na Grécia, a sua posição geográfica transformou o país em porta de entrada para refugiados e migrantes do Médio Oriente e da Ásia. A rapidez desta transição criou pressões de integração e alimentou perceções de ameaça cultural e competição económica, que têm sido exploradas por partidos de direita radical. (Ceobanu e Escandell, 2010; Triandafyllidou e Gropas, 2014; Mendes, 2021; Donà, 2022, Ramos-González et al., 2025).

A forma como o euroceticismo é mobilizado pela direita radical no sul na europa varia (Teperoglou et al., 2024). Embora partilhem histórias de integração europeia, os quatro países do Sul da Europa revelam hoje tensões entre um eleitorado tradicionalmente

eurofílico e partidos radicais de direita que promovem uma retórica soberanista e de contestação (Taggart e Szczerbiak, 2018). Portugal e Espanha destacam-se pelo forte entusiasmo face à integração europeia, uma vez que a associam ao processo de modernização económica e à consolidação democrática (Llamazares e Gramacho, 2011). Em contraste, a perceção da União Europeia em Itália e na Grécia deteriorou-se significativamente com a imposição de políticas de austeridade durante a crise da dívida soberana. No plano partidário, os partidos de direita tradicional mantêm uma orientação pró-europeia. Já as forças de direita radical utilizam o eurosceticismo como recurso político, alternando entre posições de rejeição e apoio. O Vox em Espanha critica a UE por alegada fraqueza em imigração e segurança. O Chega em Portugal levanta questões de soberania em áreas como a justiça. Lega e Fratelli d'Italia em Itália mobilizam discursos contra a austeridade e o controlo de Bruxelas. Na Grécia, os setores radicais exploraram o ressentimento popular face à austeridade imposta pela troika (Teperoglou et al., 2024).

1.3 Hipóteses, problemática e objetivos

A literatura decorre da ideia de que os partidos populistas de direita emergem em contextos de crise de representação (Levitsky e Ziblatt, 2019; Mudde e Kaltwasser, 2012). A teoria sustenta que estas forças políticas conseguem captar segmentos do eleitorado que se sentem afastados das elites tradicionais e percecionam na direita radical uma voz mais próxima dos seus interesses e preocupações (Eatwell e Goodwin, 2018; Kriesi, 2017). Partindo da teoria do partido responsável (Dalton, 1985; Esaiasson e Holmberg, 2017), presume-se que a direita radical cumpre uma função corretiva no sistema representativo, reduzindo o *gap* entre representados e representantes.

Revisitando a teoria direcional de voto de Rabinowitz e MacDonald (1989), em que os autores argumentam que o eleitorado tende a identificar-se mais com o partido que defende determinado tema com mais intensidade ou com maior importância, proponho uma hipótese de estudo para esta dissertação, a seguinte:

H. A congruência é maior no eleitorado dos partidos de direita radical por comparação com os da direita tradicional no tema da imigração, em detrimento da ideologia e da integração europeia.

O argumento académico de que existe uma crise de representação alega que os partidos tradicionais não têm como prioridade na sua agenda política certos temas (Brause e Kinski ,2022), como é o caso da imigração, e que por isso os eleitores tendem a apoiar partidos que manifestam com maior intensidade as suas convicções. A rejeição da imigração em massa é o tema-bandeira da direita radical na Europa, (Wojczewski, 2019; Backlund e Jungar, 2019, Mudde, 2019), pelo que é expectável que apresente níveis superiores de congruência com o respetivo eleitorado.

Não sendo exatamente igual, a hipótese proposta para este estudo foi já tratada em pesquisas prévias. Por exemplo, Backlund e Jungar (2019) propõe que "os partidos de direita radical são mais representativos dos seus eleitores em questões sobre as quais apresentam posições políticas únicas do que questões sobre as quais não representam". Entre estes temas, estão incluídos os tópicos da imigração e da União Europeia, temas em que os autores identificam representatividade por parte da direita radical comparativamente com o eleitorado. Rovny e Polk (2020) também têm como uma das

hipóteses do seu estudo que "o voto na direita radical é determinado pela concordância entre o eleitor e o partido em relação à imigração, e não em questões económicas". Ambos os estudos concluem que, de facto, a imigração é um tema consensual para explicar a preferência do eleitorado pela direita radical. É concluído, também, que os eleitores deste tipo de partidos não se preocupam tanto com questões ideológicas quando votam, uma vez que estão mais preocupados com a defesa de assuntos mais concretos.

Por isso, faz todo analisar estas questões baseado na teoria de Rabinowitz e MacDonald (1989), de forma a perceber se é a imigração este tema-chave para explicar a preferência por partidos de direita radical em Portugal, Espanha, Itália e Grécia. O que a hipótese que proponho para o estudo traz de novo é uma nova perspetiva, que foca a imigração como o tema central, em detrimento da ideologia e inclusive da integração europeia, este último que é um tema ao qual os partidos da direita radical se têm cada vez menos vindo a opor (Mudde, 2019).

O objetivo desta dissertação é a validação cruzada dos resultados mediante o uso de medidas relativas e absolutas de congruência, assim como a aferição comparada de qual o assunto que gera maior congruência junto de cada um dos grupos de partidos em estudo: direita radical e direita tradicional. A grande novidade do estudo reside na perspetiva comparada. Os estudos consultados para a realização do capítulo teórico desta dissertação não incluem a perspetiva comparada num contexto específico - neste caso, os quatro países do sul da Europa - Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Além disso, poucos estudos incluem dados recentes, de 2024, o que acrescenta atualidade a esta tese. A análise comparativa permitirá identificar padrões transnacionais e contextuais, considerando fatores históricos, económicos e sociais que influenciam a relação entre partidos e eleitores. Ao focar-se nas três dimensões selecionadas, esta metodologia fornece um quadro rigoroso para compreender as dinâmicas de representação política na direita europeia contemporânea.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA E DADOS

2.1 Tipo de investigação e fontes

Alguns autores argumentam que a congruência entre representantes e representados aumenta a satisfação democrática, indicador útil para definir um bom ou mau funcionamento de uma democracia. Sem congruência entre os eleitores e os partidos políticos, a representação democrática definha (Nasr, 2021; Devine e Ibenskas, 2021). Mas também existe a perspetiva contrária: a de que a congruência ideológica nem sempre equivale ao bom funcionamento das normas democráticas. Outros autores argumentam que a falta de congruência pode não indicar uma melhor representação ou funcionamento da democracia, nem os sistemas menos congruentes são menos democráticos ou representativos. Além disso, admitem que a congruência entre os eleitores e os representantes pode ser distorcida por uma variedade de elementos, entre os quais a falta de conhecimento necessário por parte dos eleitores para se alinharem com os partidos políticos que compartilham as mesmas crenças, e políticos que não conseguem representar adequadamente do seu eleitorado (Carroll e Kubo, 2018).

Numa democracia representativa, a medição da congruência apoia-se em três elementos axiais: os eleitores, os eleitos e os partidos políticos. Estes últimos constituem um canal de conexão entre a vontade da população e os seus representantes. Permitem não só construir e agregar ideias e propostas que vão ao encontro dos anseios da população, mas também a participação dos próprios cidadãos nos mais variados atos eleitorais. A literatura diz-nos que os partidos políticos são autênticos mediadores do processo de representação política, nos quais se espera que a conexão eleitoral "seja a base para a apreciação da congruência entre cidadãos e elites políticas" (Belchior, 2005).

Esta investigação tem como objetivo central analisar a congruência entre partidos de direita radical e direita tradicional e os respetivos eleitorados em três dimensões. São utilizados métodos de aferição da congruência explanados no trabalho de Golder e Stramski (2009. A escolha das três dimensões, ideologia, imigração e integração europeia, fundamenta-se na literatura, que identifica estes temas como eixos centrais de competição política entre a direita tradicional e a direita radical (Kriesi, 2017; Eatwell e Goodwin, 2018). A ideologia traduz o alinhamento geral com o espectro político, a

imigração reflete a principal clivagem cultural explorada pela direita radical e a integração europeia representa a dimensão estrutural da soberania nacional, frequentemente mobilizada no discurso radical e nacionalista. Assim, estas dimensões captam tanto a orientação ideológica como as questões substantivas que potencialmente diferenciam as duas direitas contemporâneas:

As posições dos partidos serão analisadas com base no *Chapel Hill Expert Survey 2024,* com a orientação política dos partidos de direita radical e de direita tradicional avaliada por cientistas políticos (*Q.1. How would you describe the GENERAL POSITION ON EUROPEAN INTEGRATION that the party leadership took*; *Q.10. Please tick the box that best describes each party's OVERALL IDEOLOGY on a scale ranging 0 (extreme left) and 10 (extreme right); Q.11. Where did political parties stand on IMMIGRATION?)*. O eleitorado será analisado através dos dados do *European Election Studies 2024*, recolhidos nas últimas eleições nacionais de cada país estudado (*Q.10. On this scale, where 0 means "left" and 10 means "right," which number best describes your position?*; *Q.12.4. What do you think about immigration policies?; Q.17*. *Please indicate your views using a scale from 0 to 10, where 0 means unification 'has already gone too far' and 10 means it 'should be pushed further'.*). Serão utilizadas as seguintes escalas: 0 = esquerda, 10 = direita; 0 = política migratória liberal, 10 = política migratória restritiva; 0 = posição europeísta, 10 = posição eurocética.

Algumas variáveis tiveram de ser recodificadas nesta investigação. Por exemplo, a escala para medir a posição europeia no *CHES 2024* estava organizada entre 1 e 7 valores. Para fazer equivaler à escala do *EES 2024*, foi utilizada a seguinte fórmula:

$$valor\ convertido = (valor\ CHES - 1) / 6 \times 10$$

deste modo, ambas as variáveis são avaliadas e medidas na mesma escala.

Mas há também diferenças na ordem das escalas. Na pergunta sobre imigração do *EES 2024*, a escala teve de ser invertida para equivaler à do *CHES 2024*. A fórmula utilizada foi a seguinte:

$$valor\ convertido = 10 - valor\ médio/mediano$$

Enquanto no *2024 Chapel Hill Expert Survey 2024* se analisa se os partidos são 'contra' ou 'a favor' da integração europeia, no *2024 European Election Study Voter*

Study pergunta-se ao eleitorado se considera que a integração europeia 'foi longe demais' ou se 'deveria ir mais longe'. Uma diferença que considero não ser significativa, uma vez que é o próprio *EES 2024* que escreve que formula perguntas de modo a serem equivalentes ao *CHES 2024*.

A análise da congruência entre eleitores e partidos tem sido explorada na literatura não apenas como um reflexo da proximidade ideológica, mas também como um indicador do grau de representação efetiva. Achen (1978) foi um dos primeiros autores a destacar a importância de distinguir entre medidas de proximidade e centrismo, sublinhando que estas últimas permitem captar de forma mais rigorosa o alinhamento entre partidos e o eleitor médio. Esta perspetiva tem sido amplamente utilizada em estudos posteriores sobre representação política. A opção pela utilização de medidas de congruência decorre da necessidade de avaliar a distância entre eleitores e partidos, conforme proposto por Achen (1978) e utilizado por muitos autores, como Belchior (2010). Foi operacionalizada através do cálculo da distância entre a posição dos eleitores e do partido, utilizando medidas de *proximidade* e a fórmula do *centrismo*. Por *proximidade* entende-se a similaridade entre a posição partidária e a do respetivo eleitorado: quanto maior a concordância, maior a representatividade. Esta medida define-se como a diferença média quadrada entre a posição média das elites partidárias e a posição dos apoiantes individuais. Ou seja,

$$\hat{S}j = (aij - rj)2 \,/\, nj$$

em que *j* é a diferença média quadrada entre o posicionamento da elite e do eleitorado no partido *j*, e *aij* é a posição do eleitor ao e *rj* a posição média da elite partidária e *nj* a dimensão da amostra. Valores elevados de *proximidade* indicam falta de concordância entre eleitores e partidos e baixos o inverso.

A melhor solução para otimizar a posição é a convergência para o ponto médio do eleitorado: para isso, é calculado o *centrismo*, que afere se os representantes representam ou não as preferências políticas do seu votante médio ou mediano. Para isso, o centrismo dos representantes mede a diferença entre a proximidade e a variância da posição do eleitorado (Achen, 1978). Pelo que

$$\hat{Y}j2 = (aij - \bar{a}j)2 \,/\, (nj - 1)$$

mede a variância do eleitorado, em que *j* é a posição mediana dos eleitores e

$$\hat{C}j = \hat{S}j - \hat{Y}j2$$

é a medida do centrismo no partido *j*. Quanto mais elevados os valores, menor a representatividade das elites partidárias, e vice-versa.

2.2 Seleção de casos

O desenho do estudo é comparativo e inclui quatro países do sul da Europa - Portugal, Espanha, Itália e Grécia - selecionados devido aos contextos históricos e políticos semelhantes, caracterizados por legados autoritários, transições democráticas tardias e impactos significativos da crise económica de 2008. Estes fatores tornam estes países particularmente relevantes para analisar a emergência da direita radical e a respetiva relação com os partidos da direita tradicional nos últimos anos. Os partidos em análise são: Chega, Vox, Fratelli D'Italia, Lega, Ellinikí Lýsi e Spartiátes, de direita radical; AD - Coligação PSD/CDS-PP, Partido Popular, Forza Italia e Nea Dimokratia, forças políticas de direita tradicional: as classificações utilizadas são do *Manifesto Project* e do próprio *CHES 2024*.

Os partidos de direita radical em questão foram escolhidos por serem aqueles que têm representação parlamentar nos respetivos países. No que toca aos partidos de direita tradicional, foram selecionadas as principais forças de centro-direita em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, por terem votação expressiva nos respectivos países e por estarem ou no governo ou por serem a principal força da oposição.

Os partidos PSD e CDS-PP surgem juntos no *EES 2024*, pois têm-se coligado pré-eleitoralmente nas últimas eleições legislativas em Portugal. No entanto, no *CHES 2024*, aparecem separados. Utilizámos a seguinte fórmula para calcular os valores da coligação.

$$valor_AD = (0.8 \times valor_PSD) + (0.2 \times valor_CDS)$$

Neste estudo, é atribuído 80% ao PSD e 20% ao CDS-PP dada à importância que cada um tem nas políticas apresentadas pela coligação. Se olharmos para o atual executivo português - XXV Governo Constitucional - podemos observar que foi apenas atribuído um dos 17 ministérios ao CDS-PP, o que revela que este é um partido com pouca influência governativa na coligação. No entanto, e por este ser um partido fundador da democracia portuguesa e que faz coligações com o PSD desde a década de 1970 até hoje, no poder central e local, decidimos atribuir este valor ao CDS-PP, uma vez que esta ponderação tem sido também usada para calcular posições da coligação.

CAPÍTULO 3. CONGRUÊNCIA IDEOLÓGICA E POLÍTICA NA DIREITA DO SUL DA EUROPA

Com a metodologia e as hipóteses para esta dissertação definidas, importa agora perceber a posição dos partidos e dos respetivos eleitorados sobre os três temas em estudo: ideologia, imigração e integração europeia. Neste capítulo, começamos por analisar a distribuição completa do eleitorado, de forma a perceber a diversidade de posições entre os votantes dos vários partidos. Seguimos, depois, para a comparação entre as posições médias de eleitores e forças partidárias (congruência absoluta), para, posteriormente, calcularmos o centrismo (congruência relativa).

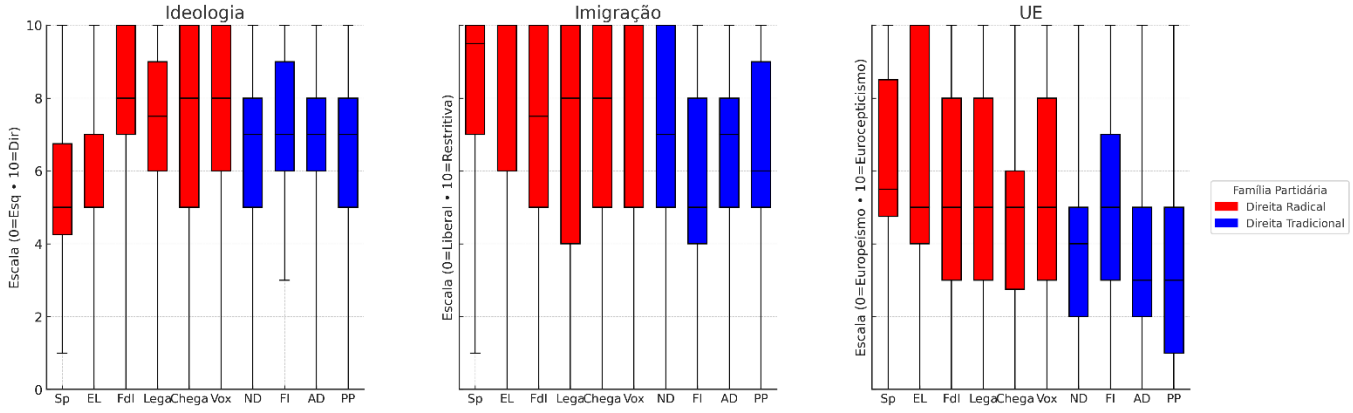
3.1. Distribuição do eleitorado

Num primeiro momento de análise, e com vista à contextualização do tópico em estudo, apresentamos as distribuições completas da posição do eleitorado de cada partido nos três indicadores estudados: ideologia, imigração e integração europeia. Para tal, utilizamos gráficos do estilo *boxplot* para cada dimensão (Figura 1). Desta forma. A apresentação dá uma primeira informação sobre o posicionamento dos eleitores entre os dois tipos de partidos em análise e as respetivas diferenças.

O eleitorado da direita radical é ideologicamente mais heterogéneo por comparação com o da direita tradicional. Isso é comprovado pelos valores médios de desvio padrão, que é superior no primeiro grupo de partidos - 2,28 - por comparação com o segundo - 1,92. Ao olharmos para a Figura 1, constatamos que os eleitores dos partidos populistas de direita radical assumem tanto posições radicais como mais centristas na escala esquerda-direita. Por exemplo, na Grécia, o eleitorado destes partidos assume maioritariamente posições neutrais, demonstrando que há uma grande franja de eleitores destas forças que se situa tanto à esquerda como à direita. Chega, Vox e Lega revelam concentrações mais fortes no posicionamento mais ancorado à direita, ainda que com frações de eleitores em posições intermédias. O eleitorado do Fratelli d'Italia distingue-se por uma distribuição fortemente inclinada para a direita. Já nos votantes da direita

tradicional, a tendência é para uma distribuição numérica menos alargada. Ou seja, os eleitores estão concentrados em valores mais próximos, revelando posições que vão entre o centro e o centro-direita. Não existem desvios expressivos para os extremos em nenhum dos partidos. Podemos assim concluir que os partidos da direita radical apresentam eleitorados ideologicamente mais dispersos, com segmentos substanciais menos extremados à direita do que as próprias elites partidárias. Em contraste, a direita tradicional evidencia eleitorados mais alinhados com uma posição de centro-direita moderada.

Figura 1. Distribuição completa do eleitorado



2024 European Election Study (EES) Voter Study. Amostra:1511 respostas para a variável ideologia, 1539 na imigração, 1500 na UE.

No tema da imigração, a clivagem entre os eleitores destas duas famílias partidárias é ainda mais marcada, por comparação à ideologia. O eleitorado da direita radical está ligeiramente concentrado no polo favorável a uma política mais restritiva, mas a dispersão de posições é mais alta, uma vez que o desvio-padrão para o tema é o mais elevado de todos: 3,08. Os eleitores deste grupo que revelam menor dispersão de posições são os gregos, com os restantes a abrangerem posições muito diferentes. Já os partidos da direita *mainstream* também se inclinam para posições restritivas, ainda que numa ala mais moderada. O desvio-padrão médio de 2,44 revela que a dispersão de posições é, uma vez mais, inferior em relação à direita radical. Em suma, a direita radical distingue-se por eleitorados com posições tendencialmente restritivas, embora varie entre

partidos, e a heterogeneidade seja elevada. A direita tradicional surge com um eleitorado menos disperso. Mas como se pode ver na *Figura 1*, tem maioritariamente uma orientação também crítica à imigração, embora com bases eleitorais mais moderadas.

Os valores de desvio-padrão são mais equivalentes quando os eleitores foram questionados sobre a integração europeia. Neste caso, o valor da direita radical é menor - 2,48. Entre os eleitores deste grupo partidário, observa-se grande diversidade: desde posições claramente pró-UE, até respostas fortemente eurocéticas. A mediana do eleitorado da direita radical é de 5 valores, com exceção do Spartiátes, com distribuições dos eleitores a tender mais para o euroceticismo nuns casos, sobretudo os partidos gregos, e mais para o europeísmo noutros, com destaque para o Chega. A direita tradicional apresenta uma dispersão semelhante - 2,74. A AD e Partido Popular apresentam maior uniformidade, com os seus eleitores a concentrarem-se em posições mais europeístas. Nea Dimokratia e Forza Italia revelam segmentos de eleitorado mais céticos à integração europeia. Apesar de existir um padrão mais cético na direita radical e mais europeísta na direita tradicional, a verdade é que a dispersão é grande no eleitorado de todos partidos e as distribuições estão todos próximas da posição neutra.

3.2. Congruência absoluta entre partidos e eleitores

Importa perceber agora onde se situam os partidos de direita tradicional e de direita radical relativamente à ideologia, imigração e União Europeia. Com esta análise, é possível ter uma noção simples sobre onde se situam estas forças partidárias e se a diferença para a posição média do eleitorado é maior ou menor. Permite-nos também já começar a analisar a hipótese proposta no Capítulo 2: se a congruência é maior no eleitorado dos partidos de direita radical por comparação com os da direita tradicional no tema da imigração, em detrimento da ideologia e da integração europeia.

Como estamos a olhar para quatro países com um historial comum de transições democráticas, crises económicas e vagas recentes de imigração, importa primeiro perceber qual a posição média da direita radical e da direita tradicional na Grécia, em Itália, em Espanha e em Portugal, de forma a entender as diferenças que possam existir entre países.

3.2.1 Posição dos partidos

Começamos a análise desta secção por avaliar a posição média dos partidos de cada país em cada tópico. A *Figura 2* mostra que a Itália é o país onde os partidos de direita radical são menos extremistas ideologicamente, por contraste com a Grécia, que apresenta as forças mais radicais. Ainda assim, em todos os países fica clara a ideia de que se trata de partidos perto da extrema-direita. Segue a tese defendida por Mudde (2016) que caracteriza estas forças partidárias como autoritárias, que desafiam o modelo da democracia liberal e que promovem discursos populistas que fragmentam as sociedades. O mesmo não se pode dizer dos partidos de direita tradicional, que têm um vínculo claro à direita, mas longe de estarem colados ao extremo. Os partidos de centro-direita prezam a manutenção do *status quo*, das instituições democráticas com uma retórica de maior abertura às ideias da oposição e de construção de pontes com outras forças partidárias (Andreasson, 2014; Kalyvas, 2018).

Figura 2. Posição média dos partidos por país em análise (0-10)

		Direita Radical (ideologia)	Direita Tradicional (ideologia)	Direita Radical (imigração)	Direita Tradicional (imigração)	Direita Radical (UE)	Direita Tradicional (UE)
Grécia	Média	9,45	6,90	9,90	7,80	7,04	0,00
Itália	Média	8,57	6,73	9,67	6,47	7,61	2,78
Portugal	Média	9,27	7,05	9,73	6,27	6,22	0,18
Espanha	Média	9,38	7,19	9,69	7,00	6,57	0,93

Figura 2: *2024 Chapel Hill expert survey*. Total de 10 partidos analisados

A imigração é um dos tema-chave para os partidos de direita radical, que apresentam valores muito próximos de uma política de total restrição na entrada de imigrantes. Aqui os valores não variam muito de país para país, com a Grécia a ser o que apresenta partidos mais céticos à imigração: tanto na direita radical como na tradicional. Portugal apresenta o eleitorado de centro-direita mais liberal, mas tem um dos partidos radicais mais restritivos no que toca à imigração *[ver em anexo]*. Os valores da direita tradicional são mais baixos, mas ainda assim tendem todos para o lado da restrição. Tal comprova o argumento de Ceobanu e Escandell (2019), que aborda como a rapidez de entrada de imigrantes nos países do sul da Europa criou pressões de integração e alimentou perceções de ameaça cultural e competição económica. Esta procupação é explorada pelos partidos de direita radical, em função das caracteríticas nativistas e de defesa dos valores da nação (Mudde, 2016), sendo que o centro-direita não fica indiferente e adota também políticas que vão ao encontro de um maior controlo no fluxo migratório (De Lange, 2012; Eatwell e Goodwin, 2018).

Mas é na integração europeia que a diferença entre radicais e moderados é mais vincada. Curiosamente, a posição da direita radical populista não é tão extremista no que toca à União Europeia, com muitos destes partidos a já não defenderem a saída do projeto

europeu (Mudde, 2019), apesar de reclamarem a soberania nacional que entendem lhes têm sido retirada por organizações internacionais (Eatwell e Goodwin, 2018).. Os dados da *Figura 2* mostram isso mesmo. Os partidos ibéricos são os mais favoráveis à integração europeia, com Chega e Vox com valores próximos da neutralidade quando respondem à questão se querem que a integração europeia vá ou não mais longe. Tal pode ser explicado pela associação que Portugal e Espanha fazem da União Europeia ao processo de modernização económica e consolidação democrática nos dois países (Llamazares e Gramacho, 2011). Nestes países, a direita tradicional está quase totalmente alinhada com a ideia de que a integração europeia é positiva. Em Itália, é onde se encontram os partidos mais eurocéticos, tanto radicais como moderados. A literatura diz-nos que, tal como na Grécia, a imagem da União Europeia acabou por se deteriorar devido às medidas de austeridade e resgate financeiro do início do século XXI. (Teperoglou et al., 2024) No entanto, isso não impede o Nea Dimokratia de apresentar a posição mais favorável à integração europeia de todas, o que revela que esta má imagem do projeto europeu não chega a todas as forças partidárias.

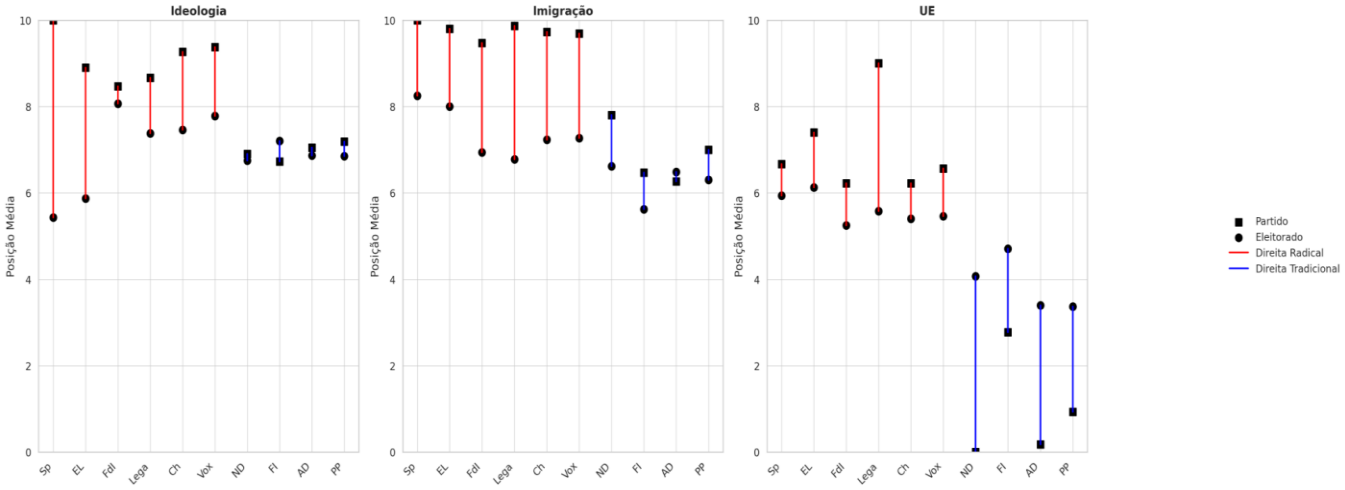
3.2.2 Médias e diferenças de médias com a posição do eleitorado

Passamos agora para a análise comparativa entre a posição média do eleitorado da direita radical e tradicional e o respetivo partido. Apresentamos os dados com duas figuras, uma que agrega a informação sobre todos os partidos e outra que analisa as famílias partidárias (*Figura 3*).

Em termos de posição na escala esquerda-direita, os partidos de direita radical estão claramente à direita do seu eleitorado. Os casos mais flagrantes estão na Grécia, onde o Spartiátes está no extremo da escala (10), que contrasta com o eleitorado centrista (5,43). Algo similar acontece com o Ellinikí Lýsi (8,90) em relação aos seus votantes (5,87). Chega, Vox e Lega não estão tão distantes ideologicamente, ainda que os respetivos eleitores apresentem valores ideológicos entre os 7 e os 8 valores. O Fratelli D'Italia é o único partido onde existe uma menor diferença de posições médias entre a elite partidária e os eleitores. Quanto aos partidos *mainstream,* observa-se o cenário oposto. A posição de partidos e eleitores é bastante mais próxima. AD (PSD/CDS), Partido Popular, Forza Italia e Nea Dimokratia apresentam diferenças mínimas entre as

médias partidárias e eleitorais, situando-se de forma consistente no centro-direita, entre 6 e 7 valores. Em termos de valores de congruência relativa, é claro que a direita tradicional é mais representativa do que a direita radical. Os dados reforçam o argumento de Rooduijn (2016) e Lancaster (2020) de que o eleitorado da direita radical é muitas vezes ideologicamente moderado, o que explica o desfasamento entre as posições das elites e as preferências médias dos seus votantes. Também Achen e Bartels (2017) lembram que os eleitores tendem a agir menos por coerência ideológica e mais por aproximação a um determinado tema/preocupação. Este tipo de comportamento ajuda a compreender por que razão o voto populista se mantém forte mesmo quando a congruência ideológica é baixa: o voto torna-se uma expressão de identidade e descontentamento, mais do que de afinidade programática.

Figura 3. Partidos vs. respetivo eleitorado



2024 Chapel Hill expert survey e *2024 European Election Study (EES) Voter Study*

Como vimos anteriormente nas *Figuras 2 e 3, a*s elites partidárias dos partidos de direita radical seguem uma doutrina muito restritiva no que toca ao controlo da imigração. No entanto, o mesmo não se concretiza se analisarmos a média da posição dos respetivos eleitorados. Chega, Vox e Fratelli d'Italia posicionam-se perto dos valores máximos da escala restritiva, enquanto os seus eleitores, embora também críticos da imigração, se concentram em médias menos extremadas. A maior diferença de médias é mesmo no Lega: o partido é o segundo mais restritivo e o eleitorado é quase neutral quanto à

preferência por uma política mais liberal ou restritiva. Os eleitores gregos estão mais próximos de uma política restritiva. Já na direita tradicional, os partidos assumem posturas mais equilibradas. AD e Forza Italia situam-se igualmente neutrais, refletindo moderação tanto do partido como do eleitorado - no caso do partido português a diferença de médias é quase nula. O PP e o Nea Dimokratia revelam valores ligeiramente mais restritivos, mas ainda muito distantes do extremismo da direita radical. A Grécia tem os partidos e o eleitorado mais adversos à imigração nos dois grupos partidários em análise. Recuperando a teoria do modelo direcional de Rabinowitz e MacDonald (1989), em que os autores argumentam que a justificação do voto em determinado partido pode ser ditado pela importância que este dá a determinado tema, a verdade é que a realidade esplanada nas Figuras 3 e 4 não a suportam. Poderá estar sim em causa o argumento de Hadj Abdou et al. (2022), segundo o qual o reposicionamento da direita tradicional em matéria migratória pode reforçar a agenda da direita radical em vez de a neutralizá-la.

No que à integração europeia diz respeito, a clivagem assume uma configuração diferente. A direita radical mostra uma diferença de médias menor face à direita tradicional. Os partidos populistas em análise mostram uma posição crítica relativamente à União Europeia, mas com valores relativamente moderados, com exceção da Lega, que demonstra uma enorme diferença com a posição do seu eleitorado centrista. Os partidos tradicionais em análise estão alinhados na posição pró-europeia, com o Forza Italia ligeiramente mais eurocético, mas os restantes com valores muito próximos do 0. No entanto, o eleitorado revela-se mais neutral. A integração europeia é um tema caro à direita radical, uma vez que os partidos deste espectro político têm vindo a moderar-se e a mostrar cada vez menos aversão a Bruxelas. Este fator pode ajudar a explicar o porquê de, em termos de diferenças de médias, o eleitorado estar mais bem representado, porque o eleitor está mais próximo do centro. A análise da *Figura 3* confirma também que, tal como notam Devine e Ibenskas (2021), a congruência nas questões europeias depende fortemente do enquadramento nacional e da forma como os partidos articulam o seu discurso sobre a soberania e a integração. Os populistas usam o euroceticismo como recurso retórico, mas mantém uma posição relativamente neutra, que vai ao encontro do que defende também o eleitorado.

Figura 4. Posição média por grupo partidário

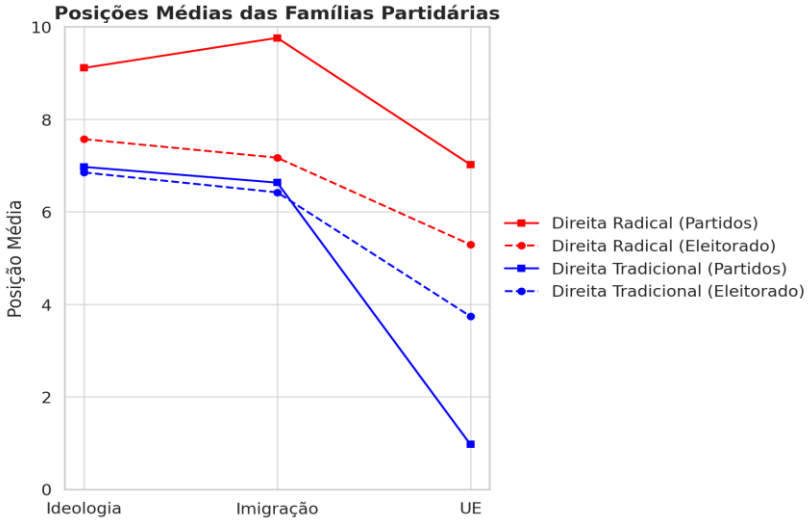


Figura 4: *2024 Chapel Hill expert survey* e *2024 European Election Study (EES) Voter Study*

Outro dado interessante, desta vez explanado na Figura 4, é o facto de os eleitores médios da direita radical e da direita tradicional estarem bastante próximos. Isto demonstra que, em termos ideológicos e de políticas públicas, o eleitorado tradicional e o radical não são estruturalmente distintos, diferença que parece residir sobretudo no estilo político e na comunicação dos partidos. Eatwell e Goodwin (2018) sublinham precisamente que o populismo de direita não cria um eleitorado novo, mas reorganiza um eleitorado já existente através de uma narrativa emocional e identitária. Permite-nos ainda fazer uma síntese geral aos dados que vimos anteriormente. Mostram-nos sobretudo que a diferença de médias é menor na direita tradicional nos temas da ideologia e da imigração, e menor na direita radical no que toca à União Europeia. Olhando para a congruência absoluta, o argumento da hipótese em estudo - de que a congruência é maior no eleitorado dos partidos de direita radical por comparação com os da direita tradicional no tema da imigração - não é suportada pelos dados apurados.

3.3. Congruência relativa entre partidos e eleitores

Após a análise das médias e das diferenças de médias entre partidos e eleitores, importa agora dar um passo em frente na avaliação da congruência. As médias oferecem uma leitura inicial útil, mas têm limitações: não captam a distância em torno do ponto central da escala, nem revelam o grau de concentração das posições em relação a esse ponto. É precisamente para ultrapassar esta limitação que recorremos à medida do centrismo, que permite perceber até que ponto os partidos e os seus eleitores se situam de forma mais próxima ou mais afastada do eleitor-médio, avaliando o grau de representatividade. Ao fazê-lo, acrescenta-se profundidade à análise da representação política, permitindo avaliar não apenas diferenças agregadas, mas também a localização relativa de partidos e eleitores no espaço político. Esta abordagem fornece uma leitura mais fina da congruência e ajuda a clarificar as dinâmicas que não são totalmente visíveis na análise das médias.

Figura 5. Centrismo entre partidos e eleitores

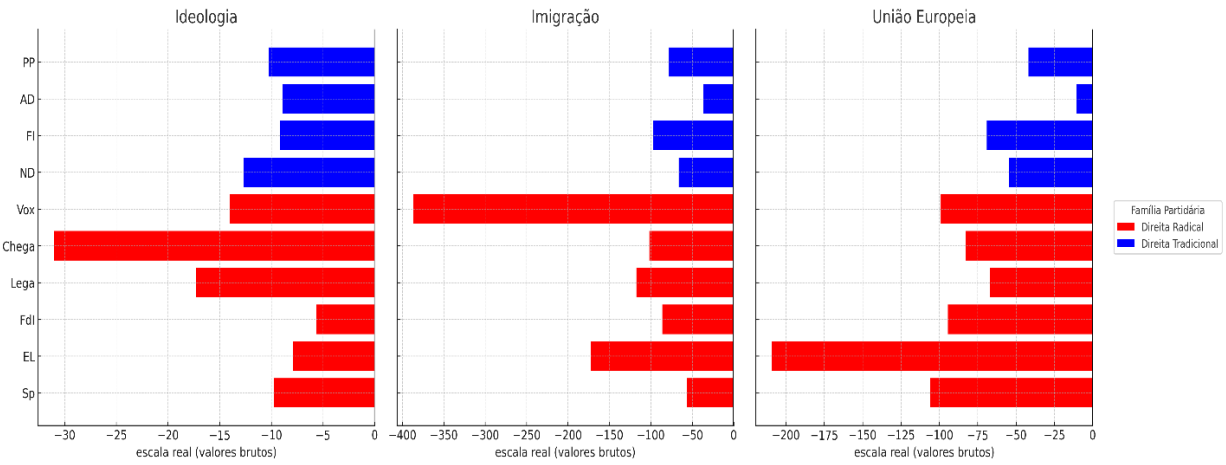


Figura 5: *2024 Chapel Hill expert survey* e *2024 European Election Study (EES) Voter Study*

A principal conclusão que se pode tirar ao observar a *Figura 5* é a de que a direita tradicional é, no geral, mais congruente em termos de medidas relativas por comparação com a direita radical em todas as variáveis em estudo: ideologia, imigração e integração europeia. Isto apesar de existirem casos concretos que fogem à regra.

Os partidos Elliniki Lýsi e Fratelli D'Italia revelam níveis de congruência ideológica superiores aos restantes partidos *mainstream*, ainda que todos as forças partidárias apresentem valores semelhantes nesta variável, com exceção do Chega que é o partido menos representativo do eleitorado. Na imigração, o eleitor-médio de Spartiátes e Fratelli D'Italia está mais alinhado com o partido do que toda a direita tradicional, com exceção da AD. No tema da integração europeia não existem exceções, uma vez que todos os partidos de direita tradicional estão mais perto do respetivo eleitor-médio por comparação com os de direita radical. *[valores integrais disponíveis em anexo]*.

3.4. Discussão dos resultados

Fica claro na análise do conjunto dos dados que a direita tradicional representa melhor o eleitorado no tema da imigração do que a direita radical, tanto na análise da congruência absoluta, através da distância das médias entre elite política e eleitores, como na análise da congruência relativa, através do centrismo. Isto significa que a hipótese estudada, de que a direita radical seria mais congruente nas políticas migratórias em detrimento da ideologia e da União Europeia, não é confirmada. Os partidos da direita populista defendem uma política restritiva de entrada de imigrantes nos seus países, mas o eleitorado, apesar de mostrar também ter preocupações relativamente a um excesso de imigração, não expressa o sentimento anti-imigração de igual forma. O peso do tema da imigração no voto nos partidos de direita radical relatado por tantos autores citados nesta dissertação (Mudde, 2016; Kreisi, 2017; Eatwell e Goodwin, 2018) não reflete uma maior proximidade entre as posições partidárias e a dos eleitores. Admite-se que possa ser explicado pela estratégia comunicacional utilizada por estas forças políticas e não por uma coerência político-ideológica especialmente forte neste tema. Ou seja, a retórica anti-imigração cumpre um papel mobilizador, mas não necessariamente representativo.

Se juntarmos à análise dos resultados as restantes variáveis, vemos que o caso é ligeiramente diferente no tema da integração europeia. Em termos de medidas absolutas, aceita-se o argumento de que o aparecimento destes partidos veio preencher um *gap* de representação: um eleitorado mais eurocético, de direita e preocupado com a imigração. (Mudde, 2017; Rovny e Polk, 2020; Backlund e Jungar, 2019). Até ao aparecimento destes partidos, apenas à esquerda se encontravam forças críticas da União Europeia, como é o caso do PCP em Portugal, do Syriza na Grécia e do Podemos em Espanha. A exceção está em Itália, onde o euroceticismo foi adotado antes por partidos de outras alas políticas, como o caso do Movimento Cinco Estrelas. No entanto, a análise aos valores do centrismo permitem uma análise contrária, uma vez que a direita radical está muito afastada do eleitor-médio nesta variável.

Ao nível ideológico, a direita tradicional é sem dúvida mais congruente com o eleitorado em termos de medidas absolutas. Quanto à congruência relativa, os valores médios são algo semelhantes. Com estas duas variáveis em cima da mesa, aceitam-se as ideias explanadas nos trabalhos de Rovny e Polk (2020) e de Backlund e Jungar (2019), que sugerem que as questões mais ideológicas são fatores moderados de previsão do voto

na direita radical. Existe uma grande fatia do eleitorado deste tipo de partidos que pertence a uma classe social mais baixa, menos instruída (Roodujin, 2016) que por consequência não tem uma posição ideológica definida. O fraco interesse na política é outras das características apontadas ao eleitorado da direita radical, com os seus partidos a irem buscar o voto dos abstencionistas (Oesch e Rennwald, 2018).

No conjunto das duas variáveis, conclui-se com esta dissertação que a direita radical não é mais congruente com os respetivos eleitores por comparação com a direita tradicional. Até o pode ser ao nível retórico e discursivo, mas em termos de posições políticas, a média do eleitor, salvo raras exceções, identifica-se com o partido mais próximo do centro político e não com o radicalismo. Este resultado vai ao encontro de Dalton (1985) e Esaiasson e Holmberg (2017), que defendem que os partidos mais institucionalizados tendem a apresentar maior coerência entre elites e bases eleitorais. Por outro lado, contraria a ideia de Mudde e Kaltwasser (2012) e de Eatwell e Goodwin (2018), segundo a qual a direita radical teria uma função de correção democrática ao representar setores negligenciados do eleitorado.

Na formulação da única hipótese apresentada nesta dissertação, revisitou-se a teoria direcional do voto de Rabinowitz e MacDonald (1989). Este trabalho mostra que o facto de os partidos de direita radical serem mais insistentes num tema, como é o caso da imigração, pode até explicar o voto nessas forças, mas não resulta numa maior congruência programática com o eleitorado. Como demonstrado nos resultados apresentados, a direita radical expressa a insatisfação de setores do eleitorado, facto revelado pelos resultados crescentes destes partidos por toda a Europa, mas mantém posições mais extremas do que a média dos seus votantes. Ou seja, não se conclui que contribuam para uma maior representação. Este desfasamento, também identificado por Backlund e Jungar (2019), indica que a sua função é sobretudo simbólica e mobilizadora, não representativa.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FUTURAS

Importa reconhecer que este estudo apresenta limitações que condicionam a sua generalização. Em primeiro lugar, o foco em três dimensões - ideologia, imigração e integração europeia - embora adequado para captar os principais eixos de clivagem da direita europeia (Kriesi, 2017), deixa de fora outras variáveis que também influenciam a congruência, como as atitudes económicas ou morais (Freire e Belchior, 2013). Em segundo lugar, a análise é transversal, centrada num único momento temporal, não permitindo observar variações ao longo do tempo ou o impacto de mudanças conjunturais, como crises políticas ou experiências de governação. Por fim, a ausência de variáveis socioeconómicas mais detalhadas, como a classe, o rendimento ou a condição profissional, limita a compreensão da base social da representação.

Futuras investigações poderão, por isso, aprofundar o papel da condição social, da escolaridade e da origem territorial - rural *vs* urbana - na explicação da congruência, seguindo as pistas de Oesch e Rennwald (2018). Seria igualmente pertinente cruzar a análise da congruência com indicadores de satisfação democrática e confiança institucional (Nasr, 2021), de modo a perceber se os eleitores que se sentem mais próximos dos partidos populistas se percecionam também como mais bem representados. Outra via promissora consiste em adotar uma abordagem longitudinal, analisando se a entrada da direita radical em coligações ou governos nacionais altera a sua congruência com o eleitorado. Também seria pertinente estudar a vertente comunicacional de previsão do voto na direita radical, tanto nos discursos dos líderes como na mensagem transmitida em entrevistas e publicações nas redes sociais.

No conjunto, os dados reforçam a ideia de que a direita radical mobiliza descontentamento, mas não traduz esse descontentamento numa congruência ideológica ou programática sólida. Em termos mais amplos, os resultados desta dissertação sugerem que a qualidade da representação democrática não depende apenas da proximidade entre partidos e eleitores, mas também da forma como os cidadãos entendem e interpretam essa ligação. Mesmo quando a direita radical afirma representar o povo contra as elites, os dados mostram que a representação continua a ser mais eficaz nos partidos tradicionais, enraizados em estruturas institucionais estáveis. Isto indica que o populismo não substitui a representação liberal, mas limita-se a reinterpretá-la sob uma retórica emocional.

Do ponto de vista político, estes resultados ajudam a compreender porque é que as estratégias de cooptação da direita tradicional em relação à direita radical têm efeitos ambíguos. Ao tentar aproximar-se da agenda populista, os partidos *mainstream* podem perder parte da sua coerência programática e a confiança dos seus eleitores moderados, com a direita radical muitas vezes a absorver o eleitorado tradicionalmente de centro-direita. Por outro lado, ignorar as preocupações que alimentam o voto populista pode ampliar o sentimento de não-representação que sustenta a sua ascensão. A chave poderá residir na capacidade das forças tradicionais de renovarem os seus canais de comunicação com o eleitorado, sem abdicar dos princípios da democracia liberal. A direita radical pode dar voz a quem se sente esquecido, mas continua distante de representar o eleitor-médio. A verdadeira crise da representação talvez não resida na falta de partidos novos, mas sim na dificuldade dos partidos antigos em renovar o seu compromisso com o cidadão comum.

BIBLIOGRAFIA

Abou-Chadi, T., Cohen, D., & Wagner, M. (2022). The centre-right versus the radical right: the role of migration issues and economic grievances. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, *48*(2), 366-384.

Achen, C. H. (1978). Measuring representation. *American Journal of Political Science*, 475-510.

Achen, C., & Bartels, L. (2017). *Democracy for realists: Why elections do not produce responsive government*. Princeton University Press.

Akerlof, G. A., & Kranton, R. E. (2000). Economics and identity. *The quarterly journal of economics*, *115*(3), 715-753.

Albertazzi, D., & Mueller, S. (2013). Populism and liberal democracy: Populists in government in Austria, Italy, Poland and Switzerland. *Government and opposition*, *48*(3), 343-371.

Andreasson, S. (2014). Conservatism. In Geoghegan, V. & Wilford, R. (2014). Political Ideology: An Introduction (pp. 48-70). Fourth Edition. New York: Routledge

Arzheimer, K. (2016). Electoral Sociology – who Votes for the Extreme Right and Why – and when? *The populist radical right: A reader*, *277*.

Arzheimer, K., & Carter, E. (2006). Political opportunity structures and right-wing extremist party success. *European Journal of Political Research*, *45*(3), 419-443.

Backlund, A., & Jungar, A. C. (2019). Populist radical right party-voter policy representation in Western Europe. *Representation*, *55*(4), 393-413.

Baptista, J. P., & Loureiro, M. (2018). Ideologia Política Esquerda-Direita–Estudo Exploratório do Eleitorado Português. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, (35), 57-80.

Belchior, A. M. (2010). Ideological congruence among European political parties. *The Journal of Legislative Studies*, *16*(1), 121-142.

Birch, A. H. (1971). Representing interests. *Representation*, 72-88.

Bosco, A., & Verney, S. (2020). *Polarisation in Southern Europe*. *South European Society and Politics.*

Brause, S. D., & Kinski, L. (2022). Mainstream party agenda-responsiveness and the electoral success of right-wing populist parties in Europe. *Journal of European Public Policy*, 1-29.

Carroll, R., & Kubo, H. (2018). Polarization and ideological congruence between parties and supporters in Europe. *Public Choice*, *176*(1-2), 247-265.

Carter, E. (2016). Party ideology. In *The Populist Radical Right* (pp. 46-85). Routledge.

Ceobanu, A. M., & Escandell, X. (2010). Comparative analyses of public attitudes toward immigrants and immigration using multinational survey data: A review of theories and research. *Annual Review of Sociology*, 36, 201-219.

Chou, W., Dancygier, R., Egami, N., & Jamal, A. A. (2021). Competing for loyalists? How party positioning affects populist radical right voting. *Comparative Political Studies*, *54*(12), 2226-2260.

Christiansen, A. P. L. (2018). Discourses of the Fringe Right: Analysing Discourse and [De] legitimation on Gab. ai.

Close, C. & van Haute, E. (Eds.) (2019). Liberal Parties in Europe (1st ed.). Routledge.

Copelovitch, M., & Pevehouse, J. C. (2019). International organizations in a new era of populist nationalism. *The Review of International Organizations*, *14*, 169-186.

Dalton, R. J. (1985). Political parties and political representation: Party supporters and party elites in nine nations. *Comparative political studies*, *18*(3), 267-299.

Dalton, R. J., Farrell, D. M., & McAllister, I. (2011). The dynamics of political representation. *How Democracy Works: Political Representation and Policy Congruence in Modern Societies*, 21-38.

De Bruycker, I., & Rasmussen, A. (2021). Blessing or curse for congruence? How interest mobilization affects congruence between citizens and elected representatives. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, *59*(4), 909-928.

De Lange, S. L. (2012). New alliances: why mainstream parties govern with radical right-wing populist parties. *Political Studies*, *60*(4), 899-918.

Devine, D., & Ibenskas, R. (2021). From convergence to congruence: European integration and citizen–elite congruence. *European Union Politics*, *22*(4), 676-699.

Donà, A. (2022). The rise of the Radical Right in Italy: the case of Fratelli d'Italia. *Journal of Modern Italian Studies*, 1-20.

Dovi, S. (2018). *Political Representation*. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2017 Edition).

Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of political economy*, *65*(2), 135-150.

Downes, J. F., & Loveless, M. (2018). Centre right and radical right party competition in Europe: Strategic emphasis on immigration, anti-incumbency, and economic crisis. *Electoral Studies*, *54*, 148-158.

Eatwell, R., & Goodwin, M. (2018). *National populism: The revolt against liberal democracy*. Penguin UK.

Ellinas, A. A. (2013). The rise of Golden Dawn: The new face of the far right in Greece. *South European Society and Politics.*

Erikson, R. S., MacKuen, M., & Stimson, J. A. (2002). *The macro polity. Cambridge University Press.*

Esaiasson, P., & Holmberg, S. (2017). *Representation from above: Members of parliament and representative democracy in Sweden*. Taylor & Francis.

Eulau, Heinz (1987), «The congruence model revisited», in Legislative Studies Quarterly, 12, nº2, pp. 171-214.

Ferreira, C. (2019). VOX como representante de la derecha radical en España: Un estudio sobre su ideología [Vox as representative of the radical right in Spain: A study of its ideology]. *Revista Española de Ciencia Política*, *51*, 73-98.

Freire, A. (2005). Identidades ideológicas e partidárias na Europa. Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa

Freire, A., & Belchior, A. (2013). Ideological Representation in Portugal: MPs'–Electors' Linkages in Terms of Left–Right Placement and Substantive Meaning. *The Journal of Legislative Studies*, *19*(1), 1-21.

Golder, M., & Stramski, J. (2010). Ideological congruence and electoral institutions. *American Journal of Political Science*, *54*(1), 90-106.

Hadj Abdou, L., Bale, T., & Geddes, A. P. (2022). Centre-right parties and immigration in an era of politicisation. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, *48*(2), 327-340.

Holmberg, S. (1989). Political representation in Sweden. *Scandinavian Political Studies*, *12*(1), 1-36.

Jamin, J. (2013). TWO DIFFERENT REALITIES. *Varieties of right-wing extremism in Europe*, 38.

Kalyvas, S. N. (2018). The Rise of Christian Democracy in Europe, Ithaca, NY: Cornell University Press

King, R. (2013). Migration and Southern Europe: Trends and theories. *European Urban and Regional Studies*

Kirchner, E. (Ed.) (1988). Liberal Parties in Western Europe. Cambridge: Cambridge University Press.

Kitschelt, H. (1995). *The Radical Right in Western Europe: A Comparative Analysis*. University of Michigan Press.

Koch, C. M., Meléndez, C., & Rovira Kaltwasser, C. (2023). Mainstream voters, non-voters and populist voters: what sets them apart?. *Political Studies*, *71*(3), 893-913.

Kriesi, H. (2017). The populist challenge. In *The Role of Parties in Twenty-First Century Politics* (pp. 131-148). Routledge

Kübler, M., & Schäfer, A. (2022). Closing the gap? The populist radical right and opinion congruence between citizens and MPs. *Electoral Studies*, *80*, 102527.

Lacy, D., & Paolino, P. (2010). *Testing Proximity Versus Directional Voting Using Experiments*. *Electoral Studies*, 29, 460–471. Disponível via ScienceDirect:

Lancaster, C. M. (2020). Not so radical after all: Ideological diversity among radical right supporters and its implications. *Political Studies*, *68*(3), 600-616.

Lenz, G. S. (2009). Learning and opinion change, not priming: Reconsidering the priming hypothesis. *American Journal of Political Science*, *53*(4), 821-837.

Levitsky & Ziblatt (2019). *How democracies die*. Crown.

Lewis, J. B., & King, G. (1999). *No Evidence on Directional vs. Proximity Voting*. *Political Analysis*, 8(1), 21–33. Disponível via Cambridge UP

Liddiard, P. (2019). Is populism really a problem for democracy. *Wilson Center*.

Llamazares, I., & Gramacho, W. (2011). Euroscepticism in Southern Europe. *South European Society and Politics*

MADISON, James (2001 (1787)), «The same subject continued, the utility of the union as a safeguard against domestic faction and insurrection», in Alexander Hamilton, John Lay e James Madison (eds.), *The Federalist*, Paper nº.10, Indianapolis, Liberty Fund, pp. 42-49.

Manin Bernard (1995)*, Principes du Gouvernement Représentatif,* Mesnil-surl'Estrée, Éditions Calmann-Lévy.

Mattila, M., & Raunio, T. (2006). Cautious voters-supportive parties: Opinion congruence between voters and parties on the EU dimension. *European Union Politics*, *7*(4), 427-449.

Marchi (2020). O Novo partido Chega no âmbito da direita portuguesa. *Organizadores António Costa Pinto Fabio Gentile*, 200.

Mendes, M. (2021). 'Enough' of what? An analysis of Chega's populist radical right characteristics. *South European Society and Politics*

Merrill, S., & Grofman, B. (1997). *Directional and Proximity Models of Voter Utility and Choice: A New Synthesis... Journal of Theoretical Politics.*

Miller, W., & Stokes, D. (1963). Constituency influence in Congress. *American political science review*, *57*(1), 45-56.

Mudde, C. (2017). Conclusion: Studying populist radical right parties and politics in the twenty-first century. *The populist radical right: A reader*, 609-620.

Mudde, C. (2016). Introduction to the populist radical right. In *The populist radical right* (pp. 19-28). Routledge.

Mudde, C. (2019). *The far right today*. John Wiley & Sons.

Mudde, C., & Kaltwasser, C. R. (Eds.). (2012). *Populism in Europe and the Americas: Threat or corrective for democracy?*. Cambridge University Press.

Müller, J. W. (2015). Parsing populism: Who is and who is not a populist these days?. *Juncture*, *22*(2), 80-89.

Nasr, M. (2021). The motivated electorate: Voter uncertainty, motivated reasoning, and ideological congruence to parties. *Electoral Studies*, *72*, 102344.

Oesch, D., & Rennwald, L. (2018). Electoral competition in Europe's new tripolar political space: Class voting for the left, centre-right and radical right. *European journal of political research*, *57*(4), 783-807.

Otjes, S., Ivaldi, G., Jupskås, A. R., & Mazzoleni, O. (2018). It's not economic interventionism, stupid! Reassessing the political economy of radical right-wing populist parties. *Swiss Political Science Review*, *24*(3), 270-290.

Pelinka, A. (2013). Right-wing populism: Concept and typology. *Right-wing populism in Europe: Politics and discourse*, 3-22.

Pitkin, H. (1967). The concept of representation.

Przeworski, A., Stokes, S. C., & Manin, B. (Eds.). (1999). *Democracy, accountability, and representation* (Vol. 2). Cambridge University Press.

Rabinowitz, G., & Macdonald, S. E. (1989). A directional theory of issue voting. *American political science review*, *83*(1), 93-121.

Ramos-González, J., Ortiz, P., & Llamazares, I. (2025). Populist attitudes and vote for the radical right. A comparative analysis of five West European countries. *European Politics and Society*, *26*(3), 723-740.

Richards (2017). *The rise of the outsiders: How mainstream politics lost its way*. Atlantic Books.

Riedel (2017). Populism and its democratic, non-democratic, and anti-democratic potential. *Polish Sociological Review*, *199*(3), 287-298.

Rooduijn, M. (2016). Closing the gap?: A comparison of voters for radical right-wing populist parties and mainstream parties over time. In *Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe* (pp. 53-69). Routledge.

Rooduijn, M., Pirro, A. L., Halikiopoulou, D., Froio, C., Van Kessel, S., De Lange, S. L., ... & Taggart, P. (2023). The PopuList: A database of populist, far-left, and far-right parties using expert-informed qualitative comparative classification (EiQCC). *British Journal of Political Science*, 1-10.

Rovny, J., & Polk, J. (2020). Still blurry? Economic salience, position and voting for radical right parties in Western Europe. *European Journal of Political Research*, *59*(2), 248-268.

Shapiro, I., Stokes, S. C., Wood, E. J., & Kirshner, A. S. (Eds.). (2010). *Political representation*. Cambridge University Press.

Steven, M., & Szczerbiak, A. (2023). Conservatism and 'Eurorealism'in the European parliament: the European conservatives and reformists under the leadership of Poland's law and justice. *European Politics and Society*, *24*(5), 585-602.

Stokes, D. E. (1963). Spatial models of party competition. *American political science review*, *57*(2), 368-377.

Taggart, P., & Szczerbiak, A. (2018). Putting Brexit into perspective: The effect of the Eurozone and migration crises and Brexit on Euroscepticism in European states. *Journal of European Public Policy*,

Triandafyllidou, A., & Gropas, R. (2014). *European Immigration: A Sourcebook*. Ashgate.

Teperoglou, E., et al. (2024). Euroscepticism in Southern Europe: Determinants and dynamics. *South European Society and Politics*

Thomassen, Jacques (1994)*, «Empirical research into political representation: failing democracy or failing models?», in M. Kent Jennings e Thomas E. Mann (eds.), Elections at Home and Abroad, Ann Arbor, The University of Michigan Press, pp. 237- 264.*

Verney, S. (2011). Euroscepticism in Southern Europe: A diachronic perspective. South European Society and Politics

Vieira, M. B., & Wiesehomeier, N. (2013). Representação em Portugal: perspectiva dos cidadãos. *A qualidade da democracia em Portugal*, 79.

Wojczewski (2020). Trump, populism, and American foreign policy. *Foreign Policy Analysis*, *16*(3), 292-311.

Woodley, D. (2009). *Fascism and political theory: critical perspectives on fascist ideology*. Routledge.

Zaller, J. (1992). *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge University press.

ANEXOS

Anexo A. Dados completos sobre direita radical (CHES = partidos; EES = eleitorado)

Direita Radical	Ideologia (Esquerda 0-10 Direita)	Imigração (Liberal 0-10 Restrição)	UE (Europeísmo 0-10 Euroceticismo)
Spartiátes	Partido: 10 Eleitorado: 5,43 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 14 Desvio-padrão eleitorado: 2,409 Congruência absoluta: 4,57 Congruência relativa: -9,71429	Partido: 10 Eleitorado: 8,25 Mediana eleitorado: 9,5 Amostra eleitorado: 16 Desvio-padrão eleitorado: 2,543 Congruência absoluta: 1,75 Congruência relativa: -57,0261	Partido: 6,67 Eleitorado: 5,94 Mediana eleitorado: 5,50 Amostra eleitorado: 16 Desvio-padrão eleitorado: 3,255 Congruência absoluta: 0,73 Congruência relativa: -106
Ellinikí Lýsi	Partido: 8,90 Eleitorado: 5,87 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 48 Desvio-padrão eleitorado: 1,942 Congruência absoluta: 3,03 Congruência relativa: -7,88822	Partido: 9,80 Eleitorado: 8,00 Mediana eleitorado: 10 Amostra eleitorado: 54 Desvio-padrão eleitorado: 2,822 Congruência absoluta: 1,80 Congruência relativa: -172,471	Partido: 7,40 Eleitorado: 6,13 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 54 Desvio-padrão eleitorado: 3,696 Congruência absoluta: 1,27 Congruência relativa: -209
Fratelli D'Italia	Partido: 8,47 Eleitorado: 8,07 Mediana eleitorado: 8,00 Amostra eleitorado: 228 Desvio-padrão eleitorado: 1,721 Congruência absoluta: 0,40 Congruência relativa: -5,678976	Partido: 9,47 Eleitorado: 6,94 Mediana eleitorado: 7,50 Amostra eleitorado: 230 Desvio-padrão eleitorado: 3,131 Congruência absoluta: 2,53 Congruência relativa: -86,2494	Partido: 6,22 Eleitorado: 5,25 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 225 Desvio-padrão eleitorado: 3,195 Congruência absoluta: 0,97 Congruência relativa: -94,4

Lega	Partido: 8,67 Eleitorado: 7,38 Mediana eleitorado: 7,50 Amostra eleitorado: 72 Desvio-padrão eleitorado: 2,204 Congruência absoluta: 1,29 Congruência relativa: -17,281507	Partido: 9,87 Eleitorado: 6,78 Mediana eleitorado: 8,00 Amostra eleitorado: 73 Desvio-padrão eleitorado: 3,194 Congruência absoluta: 3,09 Congruência relativa: -117,48	Partido: 9,00 Eleitorado: 5,58 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 73 Desvio-padrão eleitorado: 3,004 Congruência absoluta: 3,42 Congruência relativa: -67
Chega	Partido: 9,27 Eleitorado: 7,46 Mediana eleitorado: 8,00 Amostra eleitorado: 136 Desvio-padrão eleitorado: 2,461 Congruência absoluta: 1,81 Congruência relativa: -31,021232	Partido: 9,73 Eleitorado: 7,23 Mediana eleitorado: 8,00 Amostra eleitorado: 137 Desvio-padrão eleitorado: 3,206 Congruência absoluta: 2,50 Congruência relativa: -101,953	Partido: 6,22 Eleitorado: 5,40 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 136 Desvio-padrão eleitorado: 3,063 Congruência absoluta: 0,82 Congruência relativa: -82,7
Vox	Partido: 9,38 Eleitorado: 7,78 Mediana eleitorado: 8,00 Amostra eleitorado: 134 Desvio-padrão eleitorado: 2,132 Congruência absoluta: 1,60 Congruência relativa: -14,043	Partido: 9,69 Eleitorado: 7,27 Mediana eleitorado: 10 Amostra eleitorado: 135 Desvio-padrão: 3,556 Congruência absoluta: 2,42 Congruência relativa: -386,9999673	Partido: 6,57 Eleitorado: 5,46 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 133 Desvio-padrão eleitorado: 3,213 Congruência absoluta: 1,11 Congruência relativa: -98,95583

Anexo B. Dados completos sobre direita tradicional (CHES = partidos; EES = eleitorado)

Direita tradicional	Ideologia (Esquerda 0-10 Direita)	Imigração (Liberal 0-10 Restrição)	UE (Europeísmo 0-10 Euroceticismo)
Nea Demokratia	Partido: 6,90 Eleitorado: 6,75 Mediana eleitorado: 7,00 Amostra eleitorado: 317 Desvio-padrão eleitorado: 2,007 Congruência absoluta: 0,15 Congruência relativa: -12,6802	Partido: 7,80 Eleitorado: 6,62 Mediana eleitorado: 7,00 Amostra eleitorado: 333 Desvio-padrão eleitorado: 2,930 Congruência absoluta: 1,18 Congruência relativa: -66,3354	Partido: 0,00 Eleitorado: 4,07 Mediana eleitorado: 4,00 Amostra eleitorado: 321 Desvio-padrão eleitorado: 2,992 Congruência absoluta: 4,07 Congruência relativa: -54,8
Forza Italia	Partido: 6,73 Eleitorado: 7,20 Mediana eleitorado: 7,00 Amostra eleitorado: 66 Desvio-padrão eleitorado: 1,883 Congruência absoluta: -0,47 Congruência relativa: -9,14	Partido: 6,47 Eleitorado: 5,62 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 65 Desvio-padrão eleitorado: 3,161 Congruência absoluta: 0,85 Congruência relativa: -97,0736	Partido: 2,78 Eleitorado: 4,71 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 66 Desvio-padrão eleitorado: 2,991 Congruência absoluta: -1,93 Congruência relativa: -69
AD (PSD/CDS)	Partido: 7,05 Eleitorado: 6,87 Mediana eleitorado: 7,00 Amostra eleitorado: 262 Desvio-padrão eleitorado: 1,875 Congruência absoluta: 0,18 Congruência relativa: -8,944468893	Partido: 6,27 Eleitorado: 6,49 Mediana eleitorado: 7,00 Amostra eleitorado: 263 Desvio-padrão eleitorado: 2,512 Congruência absoluta: -0,22 Congruência relativa: -36,8096	Partido: 0,18 Eleitorado: 3,40 Mediana eleitorado: 3,00 Amostra eleitorado: 247 Desvio-padrão eleitorado: 2,224 Congruência absoluta: -3,22 Congruência relativa: -10,8

Partido Popular	Partido: 7,19 Eleitorado: 6,85 Mediana eleitorado: 7,00 Amostra eleitorado: 234 Desvio-padrão: 1,932 Congruência absoluta: 0,34 Congruência relativa: -10,270511	Partido: 7,00 Eleitorado: 6,30 Mediana eleitorado: 6,00 Amostra eleitorado: 233 Desvio-padrão eleitorado: 2,870 Congruência absoluta: 0,70 Congruência relativa: -77, 9952	Partido: 0,93 Eleitorado: 3,37 Mediana eleitorado: 3,00 Amostra eleitorado: 229 Desvio-padrão eleitorado: 2,743 Congruência absoluta: -2,44 Congruência relativa: -41,9

Anexo C. Dados médios por grupos partidários (CHES = partidos; EES = eleitorado)

Famílias partidárias:	**Ideologia** **(Esquerda 0-10 Direita)**	**Imigração** **(Liberal 0-10 Restritiva)**	**UE** **(Europeísmo 0-10 Euroceticismo)**
Direita Radical	Partidos: 9,11 Eleitorado: 7,57 Mediana eleitorado: 8,00 Amostra eleitorado: 632 Desvio-padrão eleitorado: 2,28 Congruência absoluta: 1,54 Congruência relativa: -14,27	Partidos: 9,76 Eleitorado: 7,17 Mediana eleitorado: 8,00 Amostra eleitorado: 645 Desvio-padrão eleitorado: 3,08 Congruência absoluta: 2,59 Congruência relativa: -153,70	Partidos: 7,02 Eleitorado: 5,29 Mediana eleitorado: 5,00 Amostra eleitorado: 637 Desvio-padrão eleitorado: 2,48 Congruência absoluta: 1,73 Congruência relativa: -109.68
Direita Tradicional	Partidos: 6,97 Eleitorado: 6,85 Mediana eleitorado: 7,00 Amostra eleitorado: 879 Desvio-padrão eleitorado: 1,92 Congruência absoluta: 0,12 Congruência relativa: -10,26	Partidos: 6,63 Eleitorado: 6,42 Mediana eleitorado: 7,00 Amostra eleitorado: 894 Desvio-padrão eleitorado: 2,44 Congruência absoluta: 0,21 Congruência relativa: -69,55	Partidos: 0,97 Eleitorado: 3,74 Mediana eleitorado: 4,00 Amostra eleitorado: 863 Desvio-padrão eleitorado: 2,74 Congruência absoluta: -2,77 Congruência relativa: -44,13